

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	142
---	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	113.353.620	111.690.509
1.01	Ativo Circulante	18.824.652	21.382.893
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.764.416	4.431.367
1.01.01.01	Caixa	885.761	1.396.729
1.01.01.02	Caixa Restrito	4.878.655	3.034.638
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.641.091	8.499.178
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.641.091	8.499.178
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.641.091	8.499.178
1.01.03	Contas a Receber	254.549	579.433
1.01.03.01	Clientes	254.549	579.433
1.01.04	Estoques	1.006	729
1.01.04.01	Almoxarifado	1.006	729
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.163.590	7.872.186
1.01.08.03	Outros	8.163.590	7.872.186
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	3.586.390	3.848.043
1.01.08.03.02	Conta de Consumo de Combustível	1.216.280	1.184.936
1.01.08.03.03	Remuneração de Participações Acionárias	1.150.445	633.832
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições Sociais	1.788.245	1.594.227
1.01.08.03.05	Ativo financeiro-Concessão de Serviço Público	0	310.960
1.01.08.03.07	Diversos	422.230	300.188
1.02	Ativo Não Circulante	94.528.968	90.307.616
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.428.925	35.424.413
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	418.961	379.707
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	418.961	379.707
1.02.01.03	Contas a Receber	229.322	0
1.02.01.03.01	Clientes	229.322	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.316.413	2.044.513
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.316.413	2.044.513
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	35.464.229	33.000.193
1.02.01.09.03	Ativo financeiro-Concessões de serviço público	2.920.081	1.724.009
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	24.876.037	23.878.099
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	790.993	715.189
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	487.398	727.136
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	6.077.532	5.673.361
1.02.01.09.10	Diversos	312.188	282.399
1.02.02	Investimentos	56.941.130	54.722.656
1.02.02.01	Participações Societárias	56.941.130	54.722.656
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.893.894	3.603.645
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	52.801.557	50.623.022
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	245.679	495.989
1.02.03	Imobilizado	112.151	112.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	112.151	112.397
1.02.04	Intangível	46.762	48.150
1.02.04.01	Intangíveis	46.762	48.150
1.02.04.01.02	Outros	46.762	48.150

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	113.353.620	111.690.509
2.01	Passivo Circulante	11.325.489	9.635.996
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.959	21.128
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.959	21.128
2.01.02	Fornecedores	382.655	384.676
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	382.655	384.510
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	166
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.367	40.190
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.367	40.190
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.367	40.190
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	693.601	488.120
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	693.601	488.120
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	693.601	488.120
2.01.05	Outras Obrigações	10.181.907	8.701.882
2.01.05.02	Outros	10.181.907	8.701.882
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	12.511	15.620
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	375.482	368.943
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	3.832.665	3.079.796
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	990.225	710.308
2.01.05.02.15	Passivo financeiro - Concessão de serviços públicos	1.214.960	0
2.01.05.02.16	Créditos do Tesouro Nacional	127.055	109.050
2.01.05.02.18	Benefício Pós- emprego	0	4.375
2.01.05.02.19	Remuneração aos Acionistas	3.499.593	4.323.713
2.01.05.02.20	Diversos	129.416	90.077
2.02	Passivo Não Circulante	22.442.004	25.211.004
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.035.494	17.806.158
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.035.494	17.806.158
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.829.185	8.931.891
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.206.309	8.874.267
2.02.02	Outras Obrigações	1.950.666	5.102.619
2.02.02.02	Outros	1.950.666	5.102.619
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	148.695	148.695
2.02.02.02.03	Remuneração aos Acionistas	0	3.143.222
2.02.02.02.05	Empréstimo compulsório	289.572	211.554
2.02.02.02.07	Conta de Consumo de Combustível	873.460	954.013
2.02.02.02.17	Créditos do Tesouro Nacional	72.645	155.676
2.02.02.02.19	Benefício Pós-Emprego	161.408	161.408
2.02.02.02.20	Diversos	404.886	328.051
2.02.03	Tributos Diferidos	122.423	383.682
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.423	383.682
2.02.04	Provisões	2.333.421	1.918.545
2.02.04.02	Outras Provisões	2.333.421	1.918.545
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	1.343.065	1.446.397
2.02.04.02.05	Provisões para passivo a descoberto em controladas	990.356	472.148
2.03	Patrimônio Líquido	79.586.127	76.843.509
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	18.571.012	19.277.029
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	16.337.995	16.337.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	706.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.627.552	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	213.398	220.915
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-179.508	-8.108

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	529.208	1.892.295	409.987	2.008.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.459	-114.278	-20.393	-125.843
3.03	Resultado Bruto	517.749	1.778.017	389.594	1.882.874
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-131.352	-175.604	-471.636	-737.919
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.027.653	-3.014.640	-1.023.556	-2.558.406
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-129.125	-349.434	-104.293	-340.483
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-588.712	-1.779.001	-501.692	-1.442.053
3.04.02.06	Depreciação	-1.587	-4.695	-1.591	-4.812
3.04.02.08	Provisões Operacionais	-21.074	-207.910	-262.226	-445.152
3.04.02.10	Doações e Contribuições	-66.196	-219.258	-43.397	-167.782
3.04.02.13	Outras	-220.959	-454.342	-110.357	-158.124
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	896.301	2.839.036	551.920	1.820.487
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	386.397	1.602.413	-82.042	1.144.955
3.06	Resultado Financeiro	683.037	2.560.146	2.294.308	2.560.654
3.06.01	Receitas Financeiras	1.143.976	4.053.885	2.129.880	4.092.936
3.06.02	Despesas Financeiras	-460.939	-1.493.739	164.428	-1.532.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.069.434	4.162.559	2.212.266	3.705.609
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-66.149	-542.523	-647.956	-530.106
3.08.01	Corrente	-66.149	-542.523	-647.956	-530.106
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.003.285	3.620.036	1.564.310	3.175.503
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.003.285	3.620.036	1.564.310	3.175.503
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.003.285	3.620.036	1.564.310	3.175.503
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-201.157	-171.399	-97.634	-156.230
4.03	Resultado Abrangente do Período	802.128	3.448.637	1.466.676	3.019.273

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.501.284	1.094.048
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	309.358	1.475.505
6.01.01.01	Resultado antes do IR e d CSSL	4.162.559	3.705.609
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.695	4.812
6.01.01.03	Variação Monetária/Cambial	-998.118	-678.149
6.01.01.04	Encargos Financeiros	-1.055.770	-1.084.850
6.01.01.05	Resultado da equivalência Patrimonial	-2.839.036	-1.820.487
6.01.01.06	Provisão para contingências	-103.332	-65.502
6.01.01.07	Prov.p/Créditos de liquidação duvidosa	-178.856	47.530
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-8.718	8.253
6.01.01.09	Encargos de reserva global de reversão	275.579	261.458
6.01.01.10	Encargos sobre recursos de acionistas	422.837	830.070
6.01.01.11	Provisão para perda com investimentos	-221.678	64.142
6.01.01.12	Provisão para passivo a descoberto	518.237	373.711
6.01.01.13	Outros	330.959	-171.092
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.698.662	-1.556.916
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	3.818.833	-463.391
6.01.02.06	Ativo financeiro - concessões de serviço público	-194.817	-799.939
6.01.02.08	Fornecedores	-6.854	-91.343
6.01.02.10	Almoxarifado	-277	-13
6.01.02.12	Obrigações estimadas	22.831	2.697
6.01.02.14	Diversos	58.946	-204.927
6.01.03	Outros	1.493.264	1.175.459
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-357.532	-268.663
6.01.03.02	Pagto.Enc.da.Reserva Global de Reversão	-193.410	-200.850
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	1.345.297	991.333
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-359.138	-472.486
6.01.03.05	Depósitos judiciais	-41.155	31.844
6.01.03.06	Receb.de remun.de invest.em partic. societária	1.099.202	1.094.281
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-509.416	-2.000.053
6.02.01	Concessão de empréstimo e financiamentos	-1.324.562	-2.306.147
6.02.02	Recebim.de emprést.e financ. concedidos	1.979.843	1.656.096
6.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	-3.006	-12.533
6.02.04	Aquisição/aporte de cap.em part. societária	-49.860	-167.601
6.02.05	Concessão de adto.para futuro aumento de capital	-1.111.831	-1.169.868
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.464.727	-3.874.606
6.03.01	Emp.Financiamento obtidos a Longo Prazo	757	4.701
6.03.02	Pagto.de emp. financiamento princial	-1.156.266	-785.475
6.03.03	Pagto.e remuneração aos acionistas	-4.953.892	-4.040.258
6.03.04	Emp.Compulsório e Res. Global de Reversão	644.674	946.426
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-472.859	-4.780.611
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.396.729	5.598.702
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	923.870	818.091

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.944	0	-8.108	76.843.509
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.944	0	-8.108	76.843.509
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-706.018	0	0	-706.018
5.04.06	Dividendos	0	0	-706.018	0	0	-706.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-7.517	3.620.036	-171.399	3.441.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.620.036	0	3.620.036
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-7.517	0	-171.399	-178.916
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-170.668	-170.668
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	-7.517	0	-100.756	-108.273
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	11.728	11.728
5.05.02.07	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	88.297	88.297
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.517	0	7.517
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.517	0	7.517
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	18.784.409	3.627.553	-179.507	79.586.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.818	70.304.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-4.185	0	-4.185
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	912.350	377.818	70.299.929
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	-213.859	-753.201	0	4.181.704
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	-213.859	-753.201	0	-967.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.175.503	-156.231	3.019.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.175.503	0	3.175.503
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-156.231	-156.231
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-20.431	-20.431
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.947	6.947
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.490	9.490
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-152.237	-152.237
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.590.993	3.334.652	221.587	77.500.905

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.912.054	2.002.398
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.912.054	2.002.398
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.528.581	-2.121.043
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-541.671	-233.838
7.02.04	Outros	-1.986.910	-1.887.205
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-1.779.001	-1.442.053
7.02.04.02	Provisões operacionais	-207.909	-445.152
7.03	Valor Adicionado Bruto	-616.527	-118.645
7.04	Retenções	-4.695	-4.812
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.695	-4.812
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-621.222	-123.457
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.765.777	5.689.471
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.839.036	1.820.487
7.06.02	Receitas Financeiras	3.926.741	3.868.984
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.144.555	5.566.014
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.144.555	5.566.014
7.08.01	Pessoal	262.107	258.450
7.08.01.01	Remuneração Direta	241.485	241.893
7.08.01.04	Outros	20.622	16.557
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	20.622	16.557
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	676.560	655.949
7.08.02.01	Federais	676.560	655.949
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.585.852	1.476.112
7.08.03.01	Juros	1.366.594	1.308.330
7.08.03.03	Outras	219.258	167.782
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	219.258	167.782
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.620.036	3.175.503
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.620.036	3.175.503

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	170.788.053	163.142.432
1.01	Ativo Circulante	34.889.942	36.662.672
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.029.039	7.994.425
1.01.01.01	Caixa	4.150.384	4.959.787
1.01.01.02	Caixa restrito	4.878.655	3.034.638
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.315.090	11.252.504
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.315.090	11.252.504
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.315.090	11.252.504
1.01.03	Contas a Receber	4.611.303	4.352.024
1.01.03.01	Clientes	4.611.303	4.352.024
1.01.04	Estoques	880.682	747.387
1.01.04.01	Almoxarifado	492.803	358.724
1.01.04.02	Estoque	387.879	388.663
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.053.828	12.316.332
1.01.08.03	Outros	13.053.828	12.316.332
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	1.677.353	2.082.054
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	1.216.280	1.184.936
1.01.08.03.03	Remuneração de participações monetárias	64.489	197.863
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	4.336.709	3.083.157
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	2.364.814	1.947.344
1.01.08.03.07	Ativo financeiro - Concessão de Serviços Públicos	1.237.113	2.017.949
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros	243.434	195.536
1.01.08.03.09	Diversos	1.913.636	1.607.493
1.02	Ativo Não Circulante	135.898.111	126.479.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	70.821.673	66.322.573
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	439.284	398.358
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	439.284	398.358
1.02.01.03	Contas a Receber	1.363.244	1.478.994
1.02.01.03.01	Clientes	1.363.244	1.478.994
1.02.01.04	Estoques	489.903	435.633
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	489.903	435.633
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.214.334	5.774.286
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.214.334	5.774.286
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	63.314.908	58.235.302
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - Concessão de Serviço Público	50.314.543	46.149.379
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	8.081.650	7.651.336
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	2.766.602	2.316.324
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	487.398	727.136
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.002	4.000
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	229.556	185.031
1.02.01.09.09	Direito de Ressarcimento	701.876	500.333
1.02.01.09.10	Diversos	729.281	701.763
1.02.02	Investimentos	4.585.100	4.570.959
1.02.02.01	Participações Societárias	4.585.100	4.570.959
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	4.129.235	3.817.484
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	455.865	753.475

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.03	Imobilizado	58.134.848	53.214.861
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.832.846	33.669.801
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.302.002	19.545.060
1.02.04	Intangível	2.356.490	2.371.367
1.02.04.01	Intangíveis	2.356.490	2.371.367
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.973.563	1.966.884
1.02.04.01.02	Outros	382.927	404.483

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	170.788.053	163.142.432
2.01	Passivo Circulante	31.468.813	26.124.809
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.691.632	802.864
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.691.632	802.864
2.01.02	Fornecedores	6.912.737	6.338.102
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.891.588	6.305.954
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	21.149	32.148
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.450.645	1.032.521
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.450.645	1.032.521
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.450.645	1.032.521
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.043.038	4.887.560
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.892.953	4.005.326
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.699.295	3.084.734
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.193.658	920.592
2.01.04.02	Debêntures	990.452	739.237
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	159.633	142.997
2.01.05	Outras Obrigações	14.163.301	12.823.572
2.01.05.02	Outros	14.163.301	12.823.572
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.519.985	4.373.773
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	13.221	16.331
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	421.065	413.041
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	3.832.665	3.079.796
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	3.301.258	1.955.966
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	1.237.934	1.176.414
2.01.05.02.10	Concessões a pagar - Uso do bem Público	36.291	35.233
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	119.776	269.718
2.01.05.02.15	Passivo financeiro - Concessão de serviços públicos	474.225	0
2.01.05.02.16	Créditos do Tesouro Nacional	127.055	109.050
2.01.05.02.18	Benefício Pós-Emprego	186.003	451.801
2.01.05.02.19	Diversos	893.823	942.449
2.01.06	Provisões	207.460	240.190
2.01.06.02	Outras Provisões	207.460	240.190
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	207.460	240.190
2.02	Passivo Não Circulante	59.525.794	59.815.302
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	43.368.145	40.463.306
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.437.317	38.408.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	23.179.807	20.938.677
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.257.510	17.469.675
2.02.01.02	Debêntures	68.443	279.410
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.862.385	1.775.544
2.02.02	Outras Obrigações	9.077.939	12.388.586
2.02.02.02	Outros	9.077.939	12.388.586
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	148.695	148.695
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	0	3.143.222
2.02.02.02.05	Empréstimo compulsório	289.572	211.554
2.02.02.02.06	Adiantamento de Clientes	842.513	879.452

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.07	Conta de consumo de combustível - CCC	873.460	954.013
2.02.02.02.08	Obrigações de Ressarcimento	1.707.688	1.475.262
2.02.02.02.10	Encargos Setoriais	517.875	385.724
2.02.02.02.11	Concessões a Pagar - Uso do Bem Público	1.600.041	1.534.532
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	228.359	197.965
2.02.02.02.17	Créditos do Tesouro Nacional	72.645	155.676
2.02.02.02.19	Benefício Pós Emprego	2.319.734	2.256.132
2.02.02.02.20	Diversos	477.357	1.046.359
2.02.03	Tributos Diferidos	1.638.687	1.902.522
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.638.687	1.902.522
2.02.04	Provisões	5.015.595	4.652.176
2.02.04.02	Outras Provisões	5.015.595	4.652.176
2.02.04.02.04	Provisões contingências	5.015.595	4.652.176
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	425.428	408.712
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	425.428	408.712
2.02.05.02.01	Obrigações para desmobilização de ativos	425.428	408.712
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	79.793.446	77.202.321
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.343	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.309
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	18.571.012	19.277.029
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	16.337.995	16.337.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	706.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.627.552	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	213.398	220.915
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-179.508	-8.108
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	207.318	358.812

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.655.417	28.245.166	8.203.626	23.924.366
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.270.974	-3.859.031	-1.182.558	-3.466.015
3.03	Resultado Bruto	8.384.443	24.386.135	7.021.068	20.458.351
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.309.082	-19.883.420	-6.356.725	-16.873.897
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.482.885	-20.421.508	-6.544.250	-17.449.984
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-2.163.916	-6.093.895	-1.943.961	-5.603.093
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-1.064.431	-3.252.045	-757.141	-2.475.601
3.04.02.03	Combustível para produção de energia elétrica	-207.791	-460.310	-111.329	-176.355
3.04.02.04	Encargos Sobre uso da Rede Elétrica	-724.099	-1.496.724	-385.075	-1.053.464
3.04.02.05	Remuneração de Ressarcimento	-403.691	-1.268.082	-368.825	-965.057
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-444.270	-1.324.825	-411.614	-1.244.473
3.04.02.08	Provisões operacionais	-367.461	-813.928	-845.743	-1.787.622
3.04.02.09	Resultado a compensar de Itaipu	-245.999	-795.068	-323.669	-581.494
3.04.02.10	Doações e contribuições	-90.627	-287.237	-61.809	-222.383
3.04.02.11	Construção - Distribuição	-251.556	-644.335	-186.213	-567.561
3.04.02.12	Construção - Transmissão	-939.776	-2.580.375	-852.902	-1.904.100
3.04.02.13	Outras	-579.268	-1.404.684	-295.969	-868.781
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	173.803	538.088	187.525	576.087
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.075.361	4.502.715	664.343	3.584.454
3.06	Resultado Financeiro	325.049	700.508	1.528.142	563.386
3.06.01	Receitas Financeiras	1.117.918	3.433.632	1.844.313	3.583.129
3.06.02	Despesas Financeiras	-792.869	-2.733.124	-316.171	-3.019.743
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.400.410	5.203.223	2.192.485	4.147.840
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-395.637	-1.571.026	-634.043	-953.465
3.08.01	Corrente	-395.637	-1.571.026	-634.043	-953.465
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.004.773	3.632.197	1.558.442	3.194.375
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.004.773	3.632.197	1.558.442	3.194.375
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.003.285	3.620.036	1.564.313	3.175.506

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.488	12.161	-5.871	18.869
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.004.773	3.632.197	1.558.442	3.194.375
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-201.157	-171.399	-97.634	-156.230
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	803.616	3.460.798	1.460.808	3.038.145
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	802.128	3.448.637	1.466.677	3.019.274
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.488	12.161	-5.869	18.871

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.639.473	4.807.366
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.887.390	5.246.001
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	5.203.223	4.223.969
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.324.825	1.244.473
6.01.01.03	Participação Minoritária no Resultado	-18.426	-28.589
6.01.01.04	Variação Monetária/Cambial	-734.218	-479.368
6.01.01.05	Encargos financeiros	425.795	151.012
6.01.01.06	Receita de ativo financeiro(TIR)	-2.382.290	-2.043.105
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-538.088	-576.084
6.01.01.09	Provisões para contingências	458.407	235.483
6.01.01.10	Provisão para Cred.Liquidação duvidosa-PCLD	398.757	550.758
6.01.01.11	Prov. para redução ao vlr recuperável de ativos	0	409.000
6.01.01.12	Provisão para plano de benefício pós emprego	22.988	0
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	5.678	25.566
6.01.01.14	Encargos de reserva global de reversão	275.579	261.458
6.01.01.15	Encargos sobre recursos de acionistas	488.771	980.282
6.01.01.16	Perda/Ganho na alienação de ativos	18.139	-2.572
6.01.01.17	Instrumentos financeiros	-185.895	82.273
6.01.01.18	Provisão para perdas com investimentos	-221.678	64.142
6.01.01.19	Outras	345.823	147.303
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.525.771	-992.978
6.01.02.02	Contas a receber	-263.804	-25.781
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	3.896.488	-329.740
6.01.02.05	Direito de ressarcimento	-1.455.095	444.683
6.01.02.07	Almoxarifado	-134.079	4.021
6.01.02.08	Estoque de combustível nuclear	-53.486	-16.447
6.01.02.09	Ativo financeiro - Concessões de serviço público	-194.817	-799.939
6.01.02.11	Fornecedores	574.635	-797.884
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-35.455	-32.928
6.01.02.15	Arrendamento Mercantil	-71.452	94.774
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	888.768	203.979
6.01.02.17	Obrigações de ressarcimento	1.297.801	0
6.01.02.18	Encargos setoriais	61.520	7.570
6.01.02.20	Outros Ativos e Passivos Operacionais	14.747	254.714
6.01.03	Outros	1.226.312	554.343
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-1.241.738	-1.101.405
6.01.03.02	Pagto.Encargos da Reserva Global de Reversão	-193.410	-200.850
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	578.336	253.482
6.01.03.04	Pagto. IR e CSSL	-698.588	-973.479
6.01.03.05	Receb.de rem. de invest.em part. societária	410.898	356.172
6.01.03.06	Recebimento de Receita Anual Permitida	2.704.819	2.375.145
6.01.03.07	Depósitos judiciais	-334.005	-154.722
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.877.933	-7.683.782
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-367.628	-261.206
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos	899.629	896.801

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.02.03	Crédito de energia renegociados recebidos	200.245	177.894
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-6.206.572	-5.461.119
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-20.731	-153.285
6.02.06	Aquisição de ativos de concessão	-3.188.876	-2.716.324
6.02.08	Aquisição/aporte de capia em participa. societárias	-49.860	0
6.02.10	Outros	-144.140	-166.543
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.532.834	-1.440.509
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	4.575.250	3.146.071
6.03.02	Pagto.de empréstimos e financiamentos- principal	-2.562.207	-1.611.949
6.03.03	Pagto. de remuneração aos acionistas	-4.965.392	-4.063.609
6.03.04	Pagto.de refinanc.de impostos e cont.-principal	-81.256	-54.802
6.03.06	Emp.Comp. e Res. Global de Reversão	644.674	946.425
6.03.07	Outros	-143.903	197.355
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-771.294	-4.316.925
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.959.787	9.220.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.188.493	4.903.244

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.944	0	-8.108	76.843.509	358.811	77.202.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.944	0	-8.108	76.843.509	358.811	77.202.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-706.018	0	11.728	-694.290	-163.654	-857.944
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	-163.654	-163.654
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	11.728	11.728	0	11.728
5.04.06	Dividendos	0	0	-706.018	0	0	-706.018	0	-706.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-7.517	3.620.036	-183.127	3.429.392	12.161	3.441.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.620.036	0	3.620.036	12.161	3.632.197
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-7.517	0	-183.127	-190.644	0	-190.644
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-170.668	-170.668	0	-170.668
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	-7.517	0	-100.756	-108.273	0	-108.273
5.05.02.07	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	88.297	88.297	0	88.297
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.517	0	7.517	0	7.517
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.517	0	7.517	0	7.517
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	18.784.409	3.627.553	-179.507	79.586.128	207.318	79.793.446

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.818	70.304.114	226.296	70.530.410
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-4.185	0	-4.185	0	-4.185
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	912.350	377.818	70.299.929	226.296	70.526.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	-213.859	-753.201	0	4.181.704	0	4.181.704
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	-213.859	-753.201	0	-967.060	0	-967.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.175.503	-156.231	3.019.272	10.992	3.030.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.175.503	0	3.175.503	18.871	3.194.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-156.231	-156.231	-7.879	-164.110
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-20.431	-20.431	0	-20.431
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.947	6.947	0	6.947
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.490	9.490	0	9.490
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-152.237	-152.237	-7.879	-160.116
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.590.993	3.334.652	221.587	77.500.905	237.288	77.738.193

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	28.245.166	24.134.497
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	27.745.400	23.907.648
7.01.02	Outras Receitas	499.766	226.849
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.952.306	-13.287.873
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.135.598	-7.403.131
7.02.04	Outros	-5.816.708	-5.884.742
7.02.04.01	Encargos setoriais	-1.290.425	-1.246.875
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-3.252.045	-2.475.601
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-460.310	-374.644
7.02.04.04	Provisões operacionais	-813.928	-1.787.622
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.292.860	10.846.624
7.04	Retenções	-1.324.825	-1.244.473
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.324.825	-1.244.473
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.968.035	9.602.151
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.807.085	3.626.218
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	538.088	576.086
7.06.02	Receitas Financeiras	3.268.997	3.050.132
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.775.120	13.228.369
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.775.120	13.228.369
7.08.01	Pessoal	4.228.848	3.935.810
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.633.398	3.852.152
7.08.01.04	Outros	595.450	83.658
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	595.450	83.658
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.058.349	3.389.056
7.08.02.01	Federais	4.058.349	3.389.056
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.855.726	2.709.129
7.08.03.01	Juros	2.568.489	2.486.746
7.08.03.03	Outras	287.237	222.383
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	287.237	222.383
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.632.197	3.194.374
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.620.036	3.175.503
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12.161	18.871



Demonstrações Contábeis - 2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

Eletrobras lucra R\$ 3.620 milhões no 3º Trimestre de 2012

Eletrobras alcançou um lucro de R\$ 3.620 milhões no terceiro trimestre de 2012, equivalente a R\$ 2,68 por ação. No mesmo período do exercício de 2011 a empresa lucrou R\$ 3.176 milhões, equivalente a R\$ 2,80 por ação, o que representa um acréscimo de 13,98% no seu resultado.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrente dos financiamentos e empréstimos concedidos gerou um ganho de R\$ 2.560 milhões, representando, o mesmo valor das receitas dessa natureza, em relação ao exercício anterior.

Nos nove meses de 2012 a ELETROBRAS registrou um ganho cambial de R\$ 536 milhões, contra R\$ 974 milhões no mesmo período de 2011. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2012 a Companhia verificou um ganho de R\$ 698 milhões, enquanto que em 2011, foi apurado um ganho de R\$ 522 milhões.



Comentário

10



Demonstrações Contábeis - 2012

CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré.

Nesse sentido, para fazer face às eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, das seguintes naturezas:

I – Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.339.896 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.442.104), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Todas as ações judiciais estão em fase de defesa e foram oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, que representam 7,11% do total da carteira de ações da ELETROBRAS, conforme abaixo descrito:



Comentá



10

Eletrobras**Demonstrações Contábeis - 2012**

CONTROLADORA			
30/09/2012			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	731.739	99,55%	728.446
EMAE	302.692	100,00%	302.692
CESP	163.095	95,88%	156.375
AES TIETE	689.220	88,94%	612.992
COELCE	198.414	100,00%	198.414
DUKE(CGEEP)	29.495	62,35%	18.390
CEMAT	457.558	86,66%	396.520
CELPA	94.673	100,00%	94.673
CELPE	53.165	100,00%	53.165
CEEE - GT	842.407	100,00%	842.407
CEEE - D	418.362	99,13%	414.722
CEMAR	386.671	57,62%	222.800
CEB	6.017	100,00%	6.017
SUBTOTAL	4.373.508		4.047.613
Outros Investimentos	52.567.622		
TOTAL	56.941.130	7,11%	4.047.613

RESULTADO - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Garantias	23.627	19.133	23.627	19.133
Contingências	(103.332)	(65.502)	458.406	235.483
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	577.613	503.228
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(178.856)	47.530	(178.856)	47.530
Passivo a descoberto em Controladas	518.237	373.711	-	-
Perdas em Investimentos	(221.678)	64.142	(221.678)	64.142
Impairment	-	-	(2.189)	409.000
Outras	169.912	6.138	157.004	509.106
	207.910	445.152	813.928	1.787.622



Comentário



10

Eletrobras

*Demonstrações Contábeis - 2012***FORMAÇÃO DO RESULTADO DE SETEMBRO/12 - CONSOLIDADO**

	set/12	set/11	Δ%
Operações com energia elétrica	28.245	23.924	18,06
(-) Encargos Setoriais	(1.290)	(1.247)	3,49
(-) Energia comprada para revenda	(3.252)	(2.476)	31,36
(-) Combustível para produção de energia elétrica	(460)	(176)	161,01
(-) Uso da rede elétrica	(1.497)	(1.053)	42,08
(-) Remuneração e Ressarcimento	(1.268)	(965)	31,40
(-) Pessoal, Material e Serviços	(6.094)	(5.603)	8,76
(-) Construção	(3.225)	(2.472)	30,47
(-) Depreciação e amortização	(1.325)	(1.244)	6,46
	9.834	8.688	13,20
Participações societárias	538	576	(6,60)
Provisões operacionais	(814)	(1.788)	(54,47)
	9.558	7.476	27,85
Receita de juros	575	543	5,83
Variação cambial e monetária	901	1.110	(18,85)
Encargos da dívida	(1.714)	(1.237)	38,54
Outros resultados financeiros	939	147	536,90
	701	563	24,34
Tributos	(4.058)	(3.152)	28,77
	6.200	4.888	26,85
Outros resultados	(2.568)	(1.694)	51,64
Lucro líquido consolidado	3.632	3.194	13,71

* Inclui as contas: Resultado a compensar ITAIPU, Doações e Contribuições e Outros



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Eletrobras

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO FINDO EM 30 de setembro de 2012 (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) (Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa, além da Amazonas Energia - AME, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A - Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - Itaipu, nos termos do Tratado

Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrais Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC.

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica em Boa Vista, no Estado de Roraima e das Sociedades de Propósito Específico RS Energia, Artemis Uirapuru e Porto Velho Transmissora, controladas integrais da Eletrosul; Estação Transmissora de Energia e Rio Branco Transmissora de energia, controladas integrais da Eletronorte.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em diversas sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com participação direta e/ou indireta, por meio de suas controladas. (Nota 14)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Proinfa.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não se alteraram em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011.

Os prazos de vencimento das concessões irão ocorrer em diversas datas, havendo concentração no ano de 2015 e, caso não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados. As empresas do Sistema Eletrobras manifestaram o interesse na renovação das concessões (Vide nota 45).

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. Essas informações devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2011.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas informações trimestrais consolidadas.

(b) informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das informações trimestrais individuais, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável as informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Alinhamento de políticas contábeis em investidas

Quando necessário, as informações trimestrais das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia, tanto para fins de equivalência patrimonial, como para consolidação.

(d) mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As alterações e interpretações das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) a seguir são aplicáveis aos períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pela IAS 39. A principal mudança é que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total da IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" - Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia está avaliando o impacto total da IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011 – Apresenta uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao dar destaque a direitos e obrigações do acordo, e não à sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - em que um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabiliza sua parcela em ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - em que um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido para controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades"- Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, inclusive acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total da IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011 – Tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e de exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando já é requerido ou

permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total da IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013. IAS 28 (revisada em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto (Joint Ventures)" - Requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão da IFRS 11. A Companhia ainda está avaliando o impacto total da IAS 28. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As políticas contábeis de consolidação de investimentos aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos, quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As informações trimestrais das controladas em conjunto (controle compartilhado) são consolidadas proporcionalmente à participação societária detida.

A companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	30/09/2012		31/12/2011	
	Participação		Participação	
Controladas (Consolidação integral)	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	94%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Boa Vista Energia	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Artemis	-	100%	-	100%
Rio Branco Transmissora	-	100%	-	100%
Cerro Chato I	-	90%	-	90%
Cerro Chato II	-	90%	-	90%
Cerro Chato III	-	90%	-	90%
Sul Brasileira	-	80%	-	80%

Uirapuru	- 75%		- 75%	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto (Consolidação proporcional)				
Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%
Norte Energia	15%	45%	15%	49%
CHC	50%	-	50%	-
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Bransventos Eolo Geradora de Energia	-	25%	-	25%
Brasventos Miassaba 3	-	25%	-	25%
Caldas Novas Transmissão	-	50%	-	50%
Centro Oeste de Minas	-	49%	-	49%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%
Costa Oeste	-	49%	-	49%
Cerro dos Trindades	-	49%	-	49%
Chui	-	49%	-	49%
Chui I	-	49%	-	49%
Chui II	-	49%	-	49%
Chui IV	-	49%	-	49%
Chui V	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Cerro Chato IV	-	49%	-	49%
Cerro Chato V	-	49%	-	49%
Cerro Chato VI	-	49%	-	49%
Ibirapuitã	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica Garanhuns	-	49%	-	49%
Energia Sustentável do Brasil	-	40%	-	40%
Interligação Elétrica do Madeira	-	49%	-	49%
Empresa de Transm. do Alto Uruguai	-	27%	-	27%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Livramento Holding	-	49%	-	49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
Marumbi	-	20%	-	20%
MGE Transmissão	-	49%	-	49%
Minuano I	-	49%	-	49%
Minuano II	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	49%
Rei dos Ventos 3 Geradora	-	25%	-	25%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%

São Pedro do Lago	-	49%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%
Santa Vitória do Palmar Holding	-	49%	-	49%
Sete Gameleiras	-	49%	-	49%
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Teles Pires	-	49%	-	49%
Transleste de Transmissão	-	24%	-	24%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transirapé de Transmissão	-	25%	-	25%
Transudeste	-	25%	-	25%
Verace I	-	49%	-	49%
Verace II	-	49%	-	49%
Verace III	-	49%	-	49%
Verace IV	-	49%	-	49%
Verace V	-	49%	-	49%
Verace VI	-	49%	-	49%
Verace VII	-	49%	-	49%
Verace VIII	-	49%	-	49%
Verace IX	-	49%	-	49%
Verace X	-	49%	-	49%

(b) Investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O investimento em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Os investimentos em coligadas são ajustados proporcionalmente a participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*).

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações trimestrais consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinados com os correspondentes itens nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, linha a linha.

No que se refere ao reconhecimento da equivalência patrimonial e base de consolidação dos investimentos mantidos em Sociedades de Propósito Específico, estes foram tomados substancialmente com base no mês de agosto de 2012, não sendo prejudicada a base de comparabilidade com o mesmo período do exercício anterior, face a sua materialidade quando tomadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

3.3 Empresas do grupo com moeda funcional diferente

a) Procedimentos de consolidação proporcional da controlada em conjunto Itaipu Binacional

As informações trimestrais da controlada em conjunto com Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 30 de setembro de 2012 - US\$ 1.00 - R\$ 2,0306, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011- US\$ 1.00 - R\$ 1,8758), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;

O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado como ativo financeiro, quando superavitário ou passivo financeiros, quando deficitário.

A remuneração sobre o capital (em forma de dividendos estipulados pelo Tratado Binacional Brasil – Paraguai) paga por Itaipu Binacional é registrada como receita na controladora e é eliminada no consolidado; e

Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado na proporção da participação da Companhia (50%) é eliminado na consolidação em contrapartida a rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

b) Conversão de moeda estrangeira

(b.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de que atuem em ambiente econômico internacional é geralmente a moeda do país em que as empresas possuem operações.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas que operam com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens de patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da realização dos investimentos.

(b.2) Transações e saldos

Na elaboração das informações trimestrais de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes informações trimestrais da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis, a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam como sendo as mais críticas, as seguintes: (I) Ativo Fiscal Diferido (vide nota 10); (II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração (vide nota 18); (III) Provisão para desmobilização de ativos (vide nota 31); (IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de

serviço público (vide nota 16); (V) Obrigações atuariais (vide nota 29) e, (VI) Vida útil dos bens do imobilizado (vide nota 15).

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil e Resolução 4.034 de 30 de novembro de 2011 do Banco Central, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função dos índices IRF-M – Índice de Renda Fixa Mercado, IRF-M1 – Índice de Renda Fixa Mercado 1 e IMA-B – Índice de Mercado Anbima B.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	154.503	1.819	651.658	389.191
Aplicações Financeiras	731.258	1.394.910	3.498.726	4.570.596
	<u>885.761</u>	<u>1.396.729</u>	<u>4.150.384</u>	<u>4.959.787</u>
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	3.105.876	2.194.946	3.105.876	2.194.946
Comercialização - Itaipu	787.910	176.940	787.910	176.940
Comercialização - PROINFA	984.869	662.752	984.869	662.752
	<u>4.878.655</u>	<u>3.034.638</u>	<u>4.878.655</u>	<u>3.034.638</u>
	<u>5.764.416</u>	<u>4.431.367</u>	<u>9.029.039</u>	<u>7.994.425</u>

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos de curto prazo como mantidos para negociação.

Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelo custo valor justo, com impactos no resultado, e sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e freqüente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente.

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/09/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	7.549.911
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	3.157.761	429.992
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.483.288	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	-	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	11	16.991
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	31	30
				4.641.091	8.499.178

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/09/2012	31/12/2011
FINOR/FINAM				1.922	3.064
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				195.418	163.740
PARTES BENEFICIÁRIAS				221.138	212.419
OUTROS				483	484
				418.961	379.707



CONSOLIDADO

CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/09/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	649.135	9.751.563
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	3.705.931	563.120
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	6.801	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.678.416	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	-	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	253.420	17.032
TÍTULOS DE RENDA FIXA				-	129.078
OUTROS				1.021.388	289.457
				<u>7.315.090</u>	<u>11.252.504</u>

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro	Vencimento	Indexador	30/09/2012	31/12/2011
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	342	332
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/14	TR	183	178
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR	-	41
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR	-	7
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	28/12/15	TR	93	92
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/04	TR	3	3
NTN-P: 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR	194	127
FINOR/FINAM				1.922	3.064
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				195.418	163.740
PARTES BENEFICIÁRIAS				221.138	212.419
OUTROS				19.989	18.353
				<u>439.284</u>	<u>398.358</u>

a) LTN – Títulos públicos, emitido para cobertura de déficit orçamentário, bem assim para realização de operações de créditos por antecipação de receita, observados os limites fixados pelo Poder Legislativo.

b) NTN-B - Títulos públicos atrelados a índices de preços cuja atualização é pela variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

c) NTN-F – Títulos públicos pré-fixados com cupom. Essa é a principal diferença em relação às LTN. Cupom refere-se a pagamento intermediários de juros, ou seja, é quando parte dos juros é recebida pelo investidor antes do vencimento do título.

d) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	30/09/2012	31/12/2011
Tangará	140.891	117.770
Guascor	54.527	45.970
	<u>195.418</u>	<u>163.740</u>



e) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Esses ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(431.437)	(440.156)
Valor justo	<u>221.138</u>	<u>212.419</u>

f) Finor/Finan - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 246.605 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 292.456), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					31/12/2011
	30/09/2012					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	
CIRCULANTE						Total
AES ELETROPAULO	113.866	448	-	-	114.314	104.400
AES SUL	23.823	129	-	-	23.952	13.011
AMPLA	39.949	379	-	-	40.328	41.908
ANDE	53.141	-	-	-	53.141	52.115
CEA	13.597	28.939	1.207.693	-	1.250.229	1.093.641
CEB	15.110	164	-	-	15.274	14.925
CEEE-D	30.526	75	-	-	30.601	37.366
CELESC	50.769	397	-	-	51.166	37.422
CELG	62.278	232	-	6.805	69.315	98.968
CELPA	51.236	7.593	59.659	4.605	123.093	80.764
CELPE	39.521	1.509	-	-	41.030	39.903
CEMAR	35.633	107	-	-	35.740	32.021
CEMIG	80.206	366	13	-	80.585	113.081
CESP	-	-	-	-	-	3.524
COELBA	70.325	300	58	-	70.683	72.858
COELCE	39.620	143	-	-	39.763	34.437
COPEL	107.251	332	-	-	107.583	102.247
CPFL	47.371	282	165	-	47.818	64.826
EBE	32.288	188	44	-	32.520	25.620
ELEKTRO	53.406	118	-	-	53.524	52.614
ENERGISA	19.034	113	12	-	19.159	63.484
ENERSUL	21.237	55	-	-	21.292	20.534
ESCELSA	27.364	104	-	-	27.468	26.395
LIGHT	69.701	230	342	-	70.273	89.994
PIRATININGA	7.294	-	54	-	7.348	8.538
RGE	10.424	168	-	-	10.592	7.698
Rolagem da Dívida dos Estados	-	-	-	248.796	248.796	187.625
Comercialização CCEE	365.686	15.598	2.043	27	383.354	433.440
Uso da Rede Elétrica	548.073	4.458	64.882	193	617.606	608.415
PROINFA	194.306	11.681	48.562	-	254.549	579.428
Consumidores	639.056	288.092	469.100	326.791	1.723.039	1.172.474
Poder público	95.010	48.987	381.722	178.080	703.799	465.335
Outros	473.109	18.978	215.985	244.510	952.582	1.151.156
(-) PCLD	(207.595)	(58.696)	(2.199.145)	(243.777)	(2.709.213)	(2.578.143)
	3.222.615	371.469	251.189	766.030	4.611.303	4.352.024
NÃO CIRCULANTE						
Celg	-	-	-	280.958	280.958	66.368
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	-	817.860	817.860	1.005.383
Outros	525.105	-	20.387	32.881	578.373	407.243
(-) PCLD	(293.560)	-	(20.387)	-	(313.947)	-
	231.545	-	-	1.131.699	1.363.244	1.478.994
	3.454.160	371.469	251.189	1.897.729	5.974.547	5.831.018

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo neste trimestre de 2012 de R\$ 279.918 (30 de setembro de 2011 - negativo em R\$ 160.877), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R\$ 254.549 do Proinfa referente a Controladora.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza

de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, preveem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque os saldos provenientes das operações com a CELG no montante de R\$ 280.958 (R\$ 165.336 em 31 de dezembro de 2011) e a rolagem da dívida dos estados no montante de R\$ 1.066.656 (R\$ 1.193.008 em 31 de dezembro de 2011).

IV - Rolagem da dívida dos Estados

Mediante o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre a controlada FURNAS e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

- (i) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros pro rata die à taxa de 1% a.m.
- (ii) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretroatável, a transferência desses valores mensais à controlada FURNAS.

A controlada Eletrosul detém créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % a.a., no montante de R\$ 591.620, em 30 de setembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 607.391), sendo R\$ 455.217 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2011 - R\$ 479.752) decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões a partir de análise individual dos valores constantes das contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
CLIENTES		
Consumidores e Revendedores	2.022.506	1.886.603
Créditos Renegociados	243.777	130.347
Outros Créditos	463.317	267.633
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>3.023.160</u>	<u>2.578.143</u>

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.578.143
(+) Constituição	577.613
(-) Reversão	(132.596)
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>3.023.160</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida no período refere-se basicamente ao programa de parcelamento junto às prefeituras e órgãos públicos pelas empresas de distribuição.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	30/09/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	22.734	234.543	3.144.327	-	-	-	-
CHESF	6,95	767	23.549	110.068	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.525	69.790	949.713	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	39.575	299.846	3.921.655	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	6.378	67.971	1.060.002	-	-	-	-
CGTEE	11,55	5.525	135.080	907.685	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.143	67.871	302.650	-	-	-	-
CERON	6,65	711	19.881	91.792	-	-	-	-
CEPISA	8,05	2.943	116.964	377.910	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	955	23.064	129.870	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.744	143.387	496.551	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.238.325	10.630.139	7,45	-	619.162	5.315.069
		91.000	2.440.271	22.122.362		-	619.162	5.315.069
CEMIG	7,12	2.264	85.262	334.189	7,12	2.264	85.262	334.189
COPEL	8,39	1.462	50.938	192.485	8,39	1.462	50.938	192.485
CEEE	6,57	319	2.215	34.552	6,57	319	2.215	34.552
AES ELETROPAULO	10,39	320.951	108.978	1.541	10,39	320.951	108.978	1.541
CELPE	6,13	221	9.747	33.348	6,13	221	9.747	33.348
CEMAT	6,27	22.158	94.067	264.499	6,27	22.158	94.067	264.499
CELTINS	6,26	7.136	25.480	75.438	6,26	7.136	25.480	75.438
ENERSUL	6,17	523	12.537	67.573	6,17	524	12.537	67.573
CELPA	6,68	41.071	96.158	380.882	6,68	41.071	96.158	380.882
CEMAR	5,89	2.237	66.843	403.224	5,89	2.237	66.843	403.224
CESP	9,36	224	45.787	122.431	9,36	224	45.787	122.431
COELCE	6,08	461	15.052	78.162	6,08	461	15.052	78.162
COSERN	6,00	63	3.224	9.464	6,00	63	3.224	9.464
COELBA	6,00	893	5.376	168.183	6,00	893	5.376	168.183
CER	8,76	3.085	12.495	11.829	8,76	3.085	12.495	11.829
CELG	5,71	505	7.294	95.289	5,71	505	7.294	95.289
ESCELSA	6,01	411	13.210	68.816	6,01	411	13.210	68.816
GLOBAL	6,00	58.655	44.100	-	6,00	58.655	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	1.107	32.313	124.181	7,41	1.107	32.313	124.181
OUTRAS	6,36	47.874	159.174	287.589	6,36	47.764	162.357	300.495
(-) PCLD		(105.503)	(241.248)	-		(105.505)	-	241.248
		406.117	649.002	2.753.675		406.006	652.185	2.766.581
		497.117	3.089.273	24.876.037		406.006	1.271.347	8.081.650



	31/12/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	18.074	168.250	2.958.897	-	-	-	-
CHESF	6,95	-	21.276	121.729	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.465	58.861	918.555	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	11.724	273.752	3.783.553	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	3.381	85.882	1.089.087	-	-	-	-
CGTEE	11,55	1.577	157.144	841.793	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.006	105.295	204.011	-	-	-	-
CERON	6,65	662	20.916	94.926	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.161	85.423	375.314	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	1.071	32.944	73.528	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.734	170.465	448.894	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.080.499	10.684.686	7,45	-	540.249	5.342.343
		50.855	2.260.707	21.594.973		-	540.249	5.342.343
CEMIG	7,12	2.352	78.124	373.241	7,12	2.352	78.124	373.241
COPEL	8,39	1.616	49.164	215.900	8,39	1.616	49.164	215.900
CEEE	6,57	865	21.990	127.568	6,57	865	21.990	127.568
AES ELETROPAULO	10,39	311.636	108.851	2.329	10,39	311.636	108.851	2.329
CELPE	6,13	292	11.035	43.676	6,13	292	11.035	43.676
CEMAT	6,27	1.875	358.578	-	6,27	1.875	358.578	-
CELTINS	6,26	617	100.918	-	6,26	617	100.918	-
ENERSUL	6,17	461	13.413	71.360	6,17	461	13.413	71.360
CELPA	6,68	11.279	408.629	-	6,68	11.279	408.629	-
CEMAR	5,89	1.995	62.289	414.612	5,89	1.995	62.289	414.612
CESP	9,36	233	41.190	149.636	9,36	233	41.190	149.636
COELCE	6,08	506	16.420	84.245	6,08	506	16.420	84.245
COSERN	6,00	75	3.224	11.732	6,00	75	3.224	11.732
COELBA	6,00	922	28.527	154.570	6,00	922	28.527	154.570
CER	8,76	941	7.881	13.117	8,76	941	7.881	13.117
CELG	5,71	40.310	57.248	12.681	5,71	40.310	57.248	12.681
ESCELSA	6,01	443	13.032	76.318	6,01	443	13.032	76.318
GLOBAL	6,00	-	44.100	-	6,00	-	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	-	63.626	86.429	7,41	-	63.626	86.429
OUTRAS	6,36	95.504	101.928	445.714	6,36	95.511	107.245	471.581
(-) PCLD		(130.475)	(395.133)	-		(130.475)	(395.133)	-
		341.447	1.195.033	2.283.126		341.454	1.200.351	2.308.993
		392.302	3.455.741	23.878.099		341.454	1.740.600	7.651.336

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além dos recursos setoriais e dos recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento e instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,15% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam 47,66% do total da carteira. Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 52,34% do saldo da carteira.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto à Eletrobrás.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobrás solicitou o início do processo de liquidação a seu favor e, por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP, essas por força do processo de cisão da antiga Eletropaulo, apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas. A 5ª Vara Cível deverá determinar que a Eletrobrás apresente suas considerações sobre o referido material.

Desta forma, pelo atual fase do processo e pelos motivos expostos, estima-se que os trabalhos periciais se iniciem durante o segundo semestre de 2012 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobrás irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R\$ 1.880.585, atualizado até 30 de setembro de 2012, sendo R\$ 428.440 (R\$ 419.171, em 31 de dezembro de 2011) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela companhia.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 346.752 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 525.608) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu provisão sobre os créditos junto à Cemat e Celtins, também, controladas pela Rede Energia, no montante de R\$ 94.821 e 24.756. Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentando dificuldades significativas econômico-financeira para a liquidação de suas dívidas de curtíssimo prazo e como um possível equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da Companhia, tais situações indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia de liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608
(+) Complemento	45.963
(-) Reversões	(224.819)
Saldo em 30 de setembro de 2012	346.752

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são os quais suscitam dúvida quanto à sua realização, quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos, são reconhecidos como perdas definitivas.

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Furnas	273.901	64.200	-	-
Chesf	635.596	297.947	-	-
Eletrosul	104.480	24.490	-	-
Eletronorte	-	13.773	-	-
Eletropar	-	4.703	-	-
CGTEE	52.814	37.263	-	-
Itaipu	19.165	469	-	-
CTEEP	-	79.644	-	79.644
CEMAR	31.413	15.706	31.413	15.706
Outros	33.076	95.637	33.076	102.513
	1.150.445	633.832	64.489	197.863

NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	673.431	828.863	789.911	893.706
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.100.456	736.588	573.340	843.022
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	14.358	28.776	87.784	80.433
ICMS a recuperar	-	-	27.485	17.150
Outros	-	-	886.294	113.033
	<u>1.788.245</u>	<u>1.594.227</u>	<u>2.364.814</u>	<u>1.947.344</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	1.221.569	1.655.413
PIS/COFINS a recuperar	-	-	874.994	775.348
Ativos Fiscais Diferidos Líquidos	1.316.413	2.044.513	3.117.771	3.343.525
	<u>1.316.413</u>	<u>2.044.513</u>	<u>5.214.334</u>	<u>5.774.286</u>
	<u>3.104.658</u>	<u>3.638.740</u>	<u>7.579.148</u>	<u>7.721.630</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL				
Variação Cambial Passiva	416.463	530.647	-	530.647
Provisão de JCP	-	331.290	-	331.290
Provisão para Contingências	568.086	540.708	221.793	782.587
PCLD	135.961	195.577	227.492	191.824
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado		187.617	-	187.617
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	195.903	258.674	298.144	840.372
Outros	-	-	2.370.342	479.188
Composição Outros	1.316.413	2.044.513	3.117.771	3.343.525

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

II – Obrigações vinculadas determinadas pelo Agente Regulador

a) ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS reconhecido como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído à CCC-

ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS, em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL passou a regular a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008. O crédito tributário correspondente sobre as aquisições de óleo no período determinado pela ANEEL (incluído na rubrica PIS/COFINS a recuperar), atinge o montante de R\$ 458.663 (R\$ 498.171 em 31 de dezembro de 2011), sendo sua utilização condicionada a operações futuras que originem débitos fato esse que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL através do Despacho 4.722/2009 - SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível - CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008, .

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica 359-SFF, orientando que o passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

O saldo de R\$ 1.350.066 (incluído na rubrica ICMS a recuperar), refere-se aos impostos compensáveis que deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009. Por esta razão a controlada mantém passivo de igual valor ao registrado no ativo.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não

reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 11 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, são incluídos os custos relativos a:

- a) contratação de energia e de potência associada;
- b) geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- c) encargos e impostos; e
- d) investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
1 - Saldo anterior	3.583.490	2.075.838
2 - Custo da geração própria	781.584	4.027.649
3 - Custo Energia Comprada (com ICMS)	3.789.472	904.812
4 - Custo total	4.571.056	4.932.461
5 - (-) Custo do ACR *	(1.294.979)	(1.413.309)
6 - Valor a receber da Lei 12.111/09 (4 + 5)	3.276.077	3.519.152
7 - (-) Valor recebido da CCC - ISOL	(3.102.387)	(3.326.162)
8 - Diferença a receber da CCC - ISOL (1 + 6 + 7)	3.757.180	2.268.828
9 - Adiantamentos Recebidos	1.152.837	1.236.077
10 - Atualização monetária	128.568	78.585
Saldo atual	5.038.585	3.583.490

* ACR – Ambiente de Contratação Regulada

II – Lei 12.111/2009 - energia nuclear

A Lei nº 12.111/2009 estabelece que a partir de 2010 será adotado um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por Furnas, da energia proveniente da Eletronuclear, ficando autorizada a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a

variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra I e II será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 16 de novembro de 2011, a Aneel divulgou a Nota Técnica 308/2011, que estabeleceu, entre outros, os critérios, a forma de distribuição e os montantes estimados dos valores a serem ressarcidos a Furnas pela Eletronuclear e a esta pelas concessionárias de distribuição que adquiriram energia no 1º Leilão de Energia Existente (Produto 2005/2008).

A proposta da Aneel prevê que, no exercício de 2012, deverão ser estabelecidas, por meio de Audiência Pública, as regras de comercialização da energia da Eletronuclear, provenientes das usinas Angra I e II, a partir de 2013, quando todos os agentes de distribuição passarão a ser quotistas desta energia. Além da metodologia de cálculo da tarifa de comercialização entre os referidos agentes e a Eletronuclear, será submetido à consulta pública o critério do rateio do diferencial entre as tarifas praticadas e a tarifa de referência entre os exercícios de 2010 a 2012.

De acordo com a estimativa da Aneel, os valores a serem ressarcidos a Controlada Furnas estariam assim representados:

Descrição	2010	2011	2012
1 - Tarifa de Referência (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
2 - Tarifa Praticada (R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
3 - Diferencial de Tarifa (R\$/MWh)(2-1)	21,98	23,69	18,5
4 - Energia Assegurada Anual (GWh)	12.921	12.921	12.921
5 - Diferencial Verificado (R\$Mil) (3x4)	284.004	306.098	239.039
6 - Diferencial Acumulado (R\$ Mil)	284.004	590.102	829.141

Tendo em vista que a confirmação desses montantes depende de audiência pública e posterior homologação, pela Aneel, das tarifas de comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, a partir de 2013, a controlada FURNAS não registrou em suas demonstrações financeiras o ressarcimento relativo ao diferencial entre as tarifas de referência e a efetivamente praticada, entre os exercícios de 2010 e 2011, no valor de R\$ 590.102 mil (R\$ 353.442 mil, líquido dos efeitos tributários), tendo em vista não estar determinado os critérios de realização.

Adicionalmente, a controlada FURNAS mantém registrado, a título de provisão, o montante de R\$ 25.948 mil, relativo à diferença de tarifa estabelecida provisoriamente para venda de energia da Eletronuclear pela Resolução Homologatória 1.091/2010 (R\$ 137,66/MWh) e a estabelecida pela Resolução

Homologatória nº 916, de 08 de dezembro de 2009 (R\$ 135,63/MWh), ambas para o período compreendido entre 5 de dezembro de 2009 a 4 de dezembro de 2010.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Elementos prontos	387.879	388.663
	387.879	388.663
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	162.901	133.894
Concentrado de urânio	130.204	130.575
Em curso - combustível nuclear	196.798	171.164
	489.903	435.633
	877.782	824.296

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;
- c) Almojarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Controladas				
Furnas	500.000	300.000	-	-
Chesf	1.293.000	1.293.000	-	-
Eletrosul	2.697.598	1.810.793	-	-
Eletronorte	622.811	1.125.949	-	-
Cgtee	74.694	452.704	-	-
Ceal	164.630	97.354	-	-
Ceron	95.950	88.837	-	-
Cepisa	348.055	275.984	-	-
Eletoacre	208.624	160.822	-	-
Amazonas	68.170	63.918	-	-
	<u>6.073.532</u>	<u>5.669.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	<u>6.077.532</u>	<u>5.673.361</u>	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas e Controladas em conjunto				
Furnas	13.427.796	13.237.136	-	-
Chesf	17.483.630	16.742.953	-	-
Eletrosul	2.762.151	2.624.730	-	-
Eletronorte	11.022.532	10.199.453	-	-
Eleropar	143.382	169.135	-	-
Eletronuclear	6.799.150	6.520.292	-	-
CGTEE	541.663	334.348	-	-
Distribuidora Alagoas	124.234	217.375	-	-
Distribuidora Rondônia	2.917	135.118	-	-
Distribuidora Acre	85.563	85.563	-	-
Itaipu	101.530	93.790	-	-
Mangue Seco II	17.166	17.166	-	-
CHC	22.260	19.090	-	-
Norte Energia	258.045	217.135	-	-
Inambari	9.538	9.738	-	-
	<u>52.801.557</u>	<u>50.623.022</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
b) Coligadas				
Celpe	94.673	171.370	94.673	171.370
CEEE-GT	842.407	701.628	842.407	701.628
Cemat	457.558	436.150	457.558	436.150
Emae	302.692	301.190	313.708	312.150
CTEEP	731.739	641.618	745.363	653.280
Cemar	386.671	323.433	386.671	323.433
Lajeado Energia	554.020	532.459	554.020	532.459
Ceb Lajeado	80.841	76.155	80.841	76.155
Paulista Lajeado	24.931	27.654	24.931	27.654
CEEE-D	418.362	391.988	418.362	391.988
Águas da Pedra	-	-	171.020	157.112
Amapari	-	-	39.681	34.105
	<u>3.893.894</u>	<u>3.603.645</u>	<u>4.129.235</u>	<u>3.817.484</u>
SUBTOTAL	<u>56.695.451</u>	<u>54.226.667</u>	<u>4.129.235</u>	<u>3.817.484</u>
Mantidos a Valor Justo				
Celesc	141.780	150.432	141.780	150.432
Cesp	163.095	203.580	163.095	203.580
Coelce	198.414	182.640	198.414	182.640
AES Tietê	689.220	812.853	689.220	812.853
CGEEP	29.495	22.607	29.495	22.607
Energisa	66.522	77.215	66.522	77.215
CELGPAR	460	322	460	322
CELPE	53.165	54.854	53.165	54.854
COPEL	42.540	50.546	42.540	50.546
CEB	6.017	6.485	6.017	6.485
AES Eletropaulo	-	-	41.284	76.491
Energias do Brasil	-	-	19.121	20.552
CPFL Energia	-	-	38.142	44.327
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
EATE	-	-	-	-
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CDSA	11.802	11.802	11.802	11.802
CEA	20	20	20	20
CER	102	102	102	102
Outros	8.098	8.095	119.738	124.214
	<u>1.435.768</u>	<u>1.606.591</u>	<u>1.645.955</u>	<u>1.864.078</u>
SUBTOTAL	<u>58.131.220</u>	<u>55.833.259</u>	<u>5.775.190</u>	<u>5.681.562</u>
Provisão para perdas em investimentos	(1.190.090)	(1.110.603)	(1.190.090)	(1.110.603)
TOTAL	<u>56.941.130</u>	<u>54.722.656</u>	<u>4.585.100</u>	<u>4.570.959</u>

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações, como divulgado em suas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2012, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R\$ 94.673 e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 30 de junho de 2012 no montante de R\$ 27.513, ambas provisões limitadas à participação da Companhia no capital social da Celpa, de 34,24%.

14.1 – Provisão para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Amazonas	999.213	843.029
CERON	96.204	96.204
CELPA	94.673	171.370
	<u>1.190.090</u>	<u>1.110.603</u>

14.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
CEMAT	86.464	86.464
CTEEP	986.635	956.630
CEEE- GT	-	4.961
CEEE- D	-	7.539
	<u>1.073.099</u>	<u>1.055.594</u>

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia.

14.3 - Mutação dos investimentos – Controladora

MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2011	Integralização de capital	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 30/09/2012
Chesf	16.742.953	46.994	1.581.070	(43.863)	50.313	(893.837)	-	17.483.630
Eletronorte	10.199.453	652.878	220.058	(10)	75	(49.922)	-	11.022.532
Eletrosul	2.624.730	-	201.114	9.775	-	(73.468)	-	2.762.151
Furnas	13.237.136	-	470.037	(86.776)	-	(192.601)	-	13.427.796
CGTEE	334.348	432.966	(213.430)	(8)	41	(12.254)	-	541.663
Eletronuclear	6.520.292	-	284.266	(5.408)	-	-	-	6.799.150
Eletropar	169.135	-	12.014	(23.659)	-	(14.108)	-	143.382
Itaipu	93.790	-	-	7.740	-	-	-	101.530
Distribuidora Rondônia	135.118	-	(132.201)	-	-	-	-	2.917
Distribuidora Alagoas	217.375	-	(93.141)	-	-	-	-	124.234
Distribuição Acre	85.563	-	-	-	-	-	-	85.563
Mangue Seco II	17.166	-	-	-	-	-	-	17.166
CHC	19.090	4.181	(506)	(505)	-	-	-	22.260
Norte Energia	217.135	45.000	(4.090)	-	-	-	-	258.045
Inambari	9.738	679	(1.035)	156	-	-	-	9.538
Celpa	171.370	-	(76.697)	-	-	-	-	94.673
CEEE-GT	701.628	-	84.551	42.666	-	13.562	-	842.407
Cemat	436.150	-	15.133	-	-	6.275	-	457.558
EMAE	301.190	-	1.502	-	-	-	-	302.692
CTEEP	641.618	-	198.147	-	-	(62.967)	(45.059)	731.739
Cemar	323.433	-	78.944	-	-	(15.706)	-	386.671
Lajeado Energia	532.459	-	53.209	-	-	(31.648)	-	554.020
CEB lajeado	76.155	-	8.994	-	-	(4.308)	-	80.841
Paulista Lajeado	27.654	-	4.732	-	-	(7.455)	-	24.931
CEEE-D	391.988	-	(14.729)	41.103	-	-	-	418.362
	54.226.667	1.182.698	2.677.942	(58.789)	50.429	(1.338.437)	(45.059)	56.695.451

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 22.810 e prejuízos acumulados de R\$ 380.225 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia. A investida apresenta capital circulante líquido de R\$ 7.472 e prejuízos acumulados de R\$ 1.114.491 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

c) Distribuição Piauí - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 26.734 e prejuízos acumulados de R\$ 973.245 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

d) Amazonas Energia - tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A investida

apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.572.554 e prejuízos acumulados de R\$ 5.123.910 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

e) Distribuição Roraima - Controlada integralmente pela Eletronorte, detém a concessão para distribuição de energia elétrica na cidade de Boavista, no Estado de Roraima. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 409.971 e prejuízos acumulados de R\$ 698.625 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

f) Distribuição Acre - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Acre. A investida apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 1.686 e prejuízos acumulados de R\$ 243.244 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

II - Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da ELETROBRAS, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra I e Angra II, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da usina Angra III. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para a controlada Furnas, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Artemis, RS Energia e Porto Velho Transmissora e o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinados em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e à ANDE. Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguazu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 12,6 milhões de kW.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Boa Vista Energia S.A., da Estação Transmissora de Energia S.A. e da Rio Branco Transmissora, além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico - SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica. A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Eletrobras, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (em recuperação judicial) - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentou em 30 de junho de 2012, o capital circulante líquido negativo de R\$ 1.686.894.

O critério de avaliação do investimento na investida foi o mesmo adotado em 31 de dezembro de 2011, como anteriormente descrito, e conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 28 de fevereiro de 2012, a Investida, nos termos da Instrução CVM 358/2002, informou que ajuizou, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Em 04 de maio de 2012 a investida apresentou à CVM seu plano de recuperação judicial que ainda está pendente de aprovação de seus credores. Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei

nº 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial. A assembleia geral de credores da Celpa (PA) que seria realizada em 9 de agosto, foi adiada para o próximo dia 21 de agosto inicialmente, tendo sofrido novo adiamento para o dia 01 de setembro, quando finalmente foi realizada, onde foi aprovado Plano de Recuperação Judicial. A CELPA celebrou no dia 25 de setembro, Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças com a Equatorial Energia. No dia 01 de novembro em atendimento ao Plano de Recuperação Judicial aprovado, a CELPA foi adquirida pela Equatorial Energia S/A. a consumação da operação está sujeita a certas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda(pelo valor de R\$ 1,00-Um real), incluindo, entre outras, a aprovação pela Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

g) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL, com vigência até 2033.

h) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 7 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027 (vide Nota 2). A investida apresentou, em 30 de junho de 2012, capital circulante líquido negativo de R\$ 379.957.

No dia 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decretou intervenção nas Centrais Elétricas Matogrossenses . sendo a mesma regida pela MP 577, publicada em 30 de Agosto de 2012.

O critério de avaliação do investimento da investida foi o mesmo adotado em 31 de dezembro de 2011 e conforme apresentado no parecer de seus auditores independentes, referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, a investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo.

IV – Sociedades de Propósito Específico

Investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos, e indicados na nota 3.2, destas informações trimestrais e não difere do apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

V - Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 7,11% (9,02% em 2011) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

CONTROLADORA			
30/09/2012			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	731.739	99,55%	728.446
EMAE	302.692	100,00%	302.692
CESP	163.095	95,88%	156.375
AES TIETE	689.220	88,94%	612.992
COELCE	198.414	100,00%	198.414
DUKE(CGEEP)	29.495	62,35%	18.390
CEMAT	457.558	86,66%	396.520
CELPA	94.673	100,00%	94.673
CELPE	53.165	100,00%	53.165
CEEE - GT	842.407	100,00%	842.407
CEEE - D	418.362	99,13%	414.722
CEMAR	386.671	57,62%	222.800
CEB	6.017	100,00%	6.017
SUBTOTAL	<u>4.373.508</u>		<u>4.047.613</u>
Outros Investimentos	<u>52.567.622</u>		
TOTAL	<u>56.941.130</u>	7,11%	<u>4.047.613</u>

VI – Aquisições em Andamento da Celg-D

A Eletrobras, autorizada pela Lei 12.688/12, e o Governo do Estado de Goiás concretizaram a celebração de um acordo, visando à recuperação econômico-financeira da empresa Celg Distribuição S/A (Celg D), tendo o Governo do Estado de Goiás comunicado a pretensão de fomentar o fechamento do capital da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com objetivo de promover a reorganização societária da Celg D, nos termos da Lei 6404/76.

Neste cenário, em 24 de abril de 2012 foram assinados Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão entre a Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás, no âmbito da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com o propósito de permitir que a Eletrobras assumira a gestão da Celg Distribuição S/A (Celg D) através da sua representação majoritária no Conselho de Administração da distribuidora.

Adicionalmente, uma nova diretoria executiva será formada por profissionais selecionados por empresa de consultoria especializada - *head Hunter*.

As assinaturas do Acordo de Acionistas e do Acordo de Gestão viabilizam a liberação da segunda tranche, no valor de R\$ 1,3 bilhão (um bilhão e trezentos milhões de reais), referente ao empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás, junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, destinado à Celg D, sendo os recursos aplicados no pagamento de dívidas de ICMS, empréstimos bancários e Repasse da Energia de Itaipu.

A aplicação do reajuste tarifário de 2011, já homologado pela Aneel, e pagamento de parcela dos encargos da Celg D com a utilização dos recursos da segunda tranche do citado empréstimo obtido pelo Estado de Goiás, depende da formalização dos Termos de Repactuação de Dívidas da Celg D com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, Reserva Global de Reversão - RGR e Repasse da Energia de Itaipu.

Após o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM da Celgpar e implementação de todos os termos do Acordo de Gestão, está prevista uma operação de compra, pela Eletrobras, de 51% das ações ordinárias com direito de voto da Celg D, ao amparo da MP 559/12.

Por meio da Lei no. 17.555 de 20 de setembro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à CELG-D - FUNAC, regulamentado pelo decreto no. 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, assumidos nos termos dos Acordo de Gestão e de Acionistas, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC.

A operação não refletiu efeitos nas presentes informações trimestrais, entretanto a administração está avaliando o possível tratamento contábil de combinação de negócios decorrente das assinaturas dos acordos.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão e distribuição são tratados nos termos do estabelecido no ICPC 01 (IFRIC 12).

CONSOLIDADO				
30/09/2012				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	63.821.515	(25.666.957)	(1.183.066)	36.971.492
Administração	2.361.869	(1.467.803)	(32.712)	861.354
	<u>66.183.384</u>	<u>(27.134.760)</u>	<u>(1.215.778)</u>	<u>37.832.846</u>
Em curso				
Geração	19.867.929	-	-	19.867.929
Administração	434.073	-	-	434.073
	<u>20.302.002</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.302.002</u>
	<u>86.485.386</u>	<u>(27.134.760)</u>	<u>(1.215.778)</u>	<u>58.134.848</u>
CONSOLIDADO				
31/12/2011				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	59.688.026	(24.385.487)	(346.173)	34.956.366
Administração	2.272.380	(1.353.630)	(35.591)	883.159
	<u>61.960.406</u>	<u>(25.739.117)</u>	<u>(381.764)</u>	<u>35.839.525</u>
Em curso				
Geração	16.906.356	-	-	16.906.356
Administração	469.146	-	-	469.146
	<u>17.375.502</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.375.502</u>
	<u>79.335.908</u>	<u>(25.739.117)</u>	<u>(381.764)</u>	<u>53.215.027</u>

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias à terceiros.

As Obrigações Especiais correspondem à recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferência curso/serviço	Depreciação	Saldo em 30/09/2012
Geração / Comercialização					
Em serviço	58.491.795	168.062	4.031.232	-	62.691.089
Depreciação acumulada	(24.643.001)	-	-	(1.023.956)	(25.666.957)
Em curso	18.044.055	5.855.106	(4.031.232)	-	19.867.929
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.165.388	-	-	(34.962)	1.130.426
	<u>53.058.237</u>	<u>6.023.168</u>	<u>-</u>	<u>(1.058.918)</u>	<u>58.022.487</u>
Administração					
Em serviço	2.282.743	-	79.126	-	2.361.869
Depreciação acumulada	(1.249.603)	-	-	(218.200)	(1.467.803)
Em curso	335.617	177.582	(79.126)	-	434.073
	<u>1.368.757</u>	<u>177.582</u>	<u>-</u>	<u>(218.200)</u>	<u>1.328.139</u>
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão					
Reintegração Acumulada	16.871	2.119	-	-	18.990
Participação da União Federal	(177.825)	18	-	-	(177.807)
Doações e Subvenções p/ investimentos	(6)	-	-	-	(6)
Outros	(1.051.173)	3.685	-	(9.467)	(1.056.955)
	<u>(1.212.133)</u>	<u>5.822</u>	<u>-</u>	<u>(9.467)</u>	<u>(1.215.778)</u>
TOTAL	<u>53.214.861</u>	<u>6.206.572</u>	<u>-</u>	<u>(1.286.585)</u>	<u>58.134.848</u>

NOTA 16 – ATIVO FINANCEIRO

I - Itaipu Binacional

Considerando as características do empreendimento Itaipu Binacional, o qual se traduz, como um fluxo de caixa, o investimento foi enquadrado como ativo financeiro, conforme abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Contas a Receber	1.566.384	2.278.404
Direito de Ressarcimento	267.219	611.508
Fornecedores de Energia - Itaipu	(740.736)	(586.994)
Obrigações de ressarcimento	(1.521.285)	(1.404.965)
Outros	(45.808)	-
Total ativo (passivo) circulante	<u>(474.225)</u>	<u>897.953</u>
Contas a Receber	910.199	139.563
Direito de Ressarcimento	4.993.497	3.936.511
Obrigações de ressarcimento	<u>(2.983.615)</u>	<u>(2.352.065)</u>
	2.920.081	1.724.009
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	15.332.700	14.931.693
Em curso	55.717	50.557
	<u>15.388.417</u>	<u>14.982.250</u>
Administração		
Em serviço	859.176	797.093
Em curso	221.074	190.847
	<u>1.080.250</u>	<u>987.940</u>
Total ativo não circulante	<u>19.388.748</u>	<u>17.694.198</u>
consolidado	<u>18.914.523</u>	<u>18.592.152</u>

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão listados acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Eletrobras, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual

de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 4.993.497 em 30 de setembro de 2012, equivalentes a US\$ 2.459.124 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 3.936.511, equivalentes a US\$ 2,098,577), dos quais R\$ 3.443.064, equivalente a US\$ 1,703,391, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados neste segundo trimestre o equivalente a 22.537 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 24.88/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se positivo uma obrigação efetiva.

Até o terceiro trimestre, a atividade foi deficitária em R\$ 427.665 (R\$ 458.320 em 30 de setembro de 2011 - deficitária), sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica de Obrigações de Ressarcimento.

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 51.077.431 refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas

concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

O total do ativo financeiro está demonstrado no Balanço Patrimonial consolidado conforme quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	10.061.190	9.276.285
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	18.713.878	17.273.525
	<u>28.775.068</u>	<u>26.549.810</u>
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	3.387.840	3.025.366
	<u>3.387.840</u>	<u>3.025.366</u>
Ativo Financeiro Itaipu	18.914.523	18.592.152
	<u>18.914.523</u>	<u>18.592.152</u>
Total do ativo financeiro	<u>51.077.431</u>	<u>48.167.328</u>
Ativo Financeiro – Circulante	762.888	2.017.949
Ativo Financeiro – Não Circulante	50.314.543	46.149.379
Total do ativo financeiro	<u>51.077.431</u>	<u>48.167.328</u>

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

	CONTROLADORA					
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 30/09/2012
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	48.150	-	-	(1.388)	-	46.762
Administração						
Em serviço	61.114	-	-	-	-	61.114
Amortização acumulada	(12.964)	-	-	(1.388)	-	(14.352)
Total	<u>48.150</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.388)</u>	<u>-</u>	<u>46.762</u>

	CONSOLIDADO					SALDO EM 30/09/2012
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	
Vinculados à Concessão - Geração	1.172.736	105.971	(1)	(50.367)	-	1.228.339
Em serviço	944.973	14.339	-	(50.367)	71.793	980.738
Ativo Intangível	1.020.331	14.361	-	(14.529)	71.748	1.091.911
Amortização acumulada	(75.358)	(23)	-	(35.874)	(2)	(111.256)
Obrigações especiais	-	-	-	36	47	83
Em curso	227.763	91.632	(1)	-	(71.793)	247.602
Ativo Intangível	227.763	91.632	(1)	-	(71.793)	247.602
Vinculados à Concessão - Distribuição	794.148	11.534	16.358	(76.817)	-	745.223
Em serviço	689.369	(46.573)	16.358	(69.455)	35.616	625.315
Ativo Intangível	2.076.075	228.591	(11.803)	-	88.999	2.381.862
Amortização acumulada	(931.659)	(51.741)	12.743	(77.502)	(467)	(1.048.626)
Obrigações especiais	(455.047)	-	13.229	8.047	(52.916)	(486.687)
Impairment	-	(223.423)	2.189	-	-	(221.234)
Em curso	104.779	58.107	-	(7.362)	(35.616)	119.908
Ativo Intangível	209.476	123.608	-	(22.347)	(72.977)	237.760
Obrigações especiais	(104.697)	(1.175)	-	14.985	37.361	(53.526)
Impairment	-	(64.326)	-	-	-	(64.326)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	404.483	7.893	(14.391)	(15.058)	-	382.927
Administração						
Em serviço	499.380	1.855	-	-	-	501.235
Amortização acumulada	(193.930)	(6.866)	-	(15.058)	-	(215.854)
Em curso	99.033	12.904	(14.391)	-	-	97.546
Total	2.371.367	125.398	1.966	(142.241)	-	2.356.489

O Ativo Intangível é substancialmente amortizado durante o seu prazo de concessão.

NOTA 18 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A companhia definiu o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, sendo reavaliado em bases anuais.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia manteve a mesma base de 31 de dezembro de 2011.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo definir os critérios para renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Administração da Eletrobras, juntamente com a de suas empresas controladas, está avaliando os efeitos das diretrizes do Governo Federal sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, não sendo possível, na data de encerramento deste trimestre, mensurar e divulgar adequadamente seus efeitos, na extensão e segurança necessárias, sem prejuízo do processo de decisão dos usuários da informação, dadas as incertezas que pairam sobre o processo, inclusive quanto à tramitação da MP 579/2012, no Congresso Nacional, assim como as ações que serão adotadas.

NOTA 19 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	61.690	68.544	5.209.717	4.740.332
Energia Comprada para Revenda	320.965	316.132	1.619.440	1.544.536
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	83.580	53.234
	<u>382.655</u>	<u>384.676</u>	<u>6.912.737</u>	<u>6.338.102</u>

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	45.583	44.098
Adiantamentos de clientes - PROINFA	375.482	368.943	375.482	368.943
	<u>375.482</u>	<u>368.943</u>	<u>421.065</u>	<u>413.041</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	842.513	879.452
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>842.513</u>	<u>879.452</u>
TOTAL	<u>375.482</u>	<u>368.943</u>	<u>1.263.578</u>	<u>1.292.493</u>

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se caracteriza como um derivativo embutido (vide Nota 42).

Com base nessas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressa em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

Cliente	CONTROLADORA		
	Data do contrato		Volume em Magawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	01/01/2024	de 204 a 328
BHP	01/07/2004	02/01/2024	de 358.08 a 492

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa essa energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equipamento ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Eletrobras – Instituições Financeiras e Bônus

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo.

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

B) Contratos obtidos pela Eletrobras - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR enquanto não são utilizados para os fins a que se destinam, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Eletrobras toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados. A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R\$ \$ 8.829.185 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 8.931.891), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Eletrobras.

	30/09/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	4.741	37.869	192.368	4,40%	5.130	37.781	271.089
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	14.366	328.151	1.866.393	2,40%	14.366	328.009	1.866.393
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KFW	3,87%	417	12.252	35.000	3,87%	417	12.252	35.000
Dresdner Bank	6,25%	220	12.542	-	6,25%	220	12.542	-
Eximbank	2,15%	3.329	57.204	286.012	2,15%	3.329	57.204	286.012
BNP Paribas	1,82%	3.207	70.323	627.029	1,82%	3.207	70.323	627.029
Outras		14	1.860	6.178		63	26.175	9.638
		26.294	520.201	3.012.980		26.732	544.286	3.095.161
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	18.434	-	609.180	7,75%	18.434	-	609.180
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	101.192	-	3.553.550	5,75%	101.170	-	3.553.550
Credit Suisse	6,87%	27.479	-	2.030.600	6,87%	27.539	-	2.030.600
		147.105	-	6.193.330		147.143	-	6.193.330
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU						6.259	466.278	8.919.932
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY						4	1.834	41.733
MORGAN						366	717	6.350
LLOYDS						-	38	1.004
						6.629	468.867	8.969.019
		173.399	520.201	9.206.310		180.504	1.013.153	18.257.510
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão				8.829.185		-	-	8.829.185
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios						86.953	3.320.377	4.810.450
Outras Instituições Financeiras						61.232	1.230.733	9.540.172
BNDES				8.829.185		148.185	4.551.110	23.179.807
						328.689	5.564.263	41.437.317

		31/12/2011						
		CONTROLADORA				CONSOLIDADO		
		PRINCIPAL				PRINCIPAL		
		NÃO				NÃO		
		ENCARGOS CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	ENCARGOS CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
	Tx. Média	Valor			Tx. Média	Valor		
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	2.400	34.901	191.957	4,40%	2.400	34.901	191.957
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	11.763	165.997	2.012.817	2,40%	11.763	165.997	2.012.817
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,87%	39	23.116	32.631	3,87%	39	23.116	32.631
Dresdner Bank	6,25%	41	23.385	-	6,25%	41	23.386	-
Eximbank	2,15%	1.635	53.362	293.487	2,15%	1.635	53.362	293.487
BNP Paribas	1,82%	269	64.962	611.709	1,82%	269	64.962	611.709
Outras		166	1.897	10.476		1.244	12.088	17.367
		<u>16.313</u>	<u>367.620</u>	<u>3.153.077</u>		<u>17.391</u>	<u>377.812</u>	<u>3.159.968</u>
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.292	-	562.740	7,75%	4.292	-	562.740
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	36.845	-	3.282.650	5,75%	36.845	-	3.282.650
Credit Suisse	6,87%	63.050	-	1.875.800	6,87%	63.050	-	1.875.800
		<u>104.187</u>	<u>-</u>	<u>5.721.190</u>		<u>104.187</u>	<u>-</u>	<u>5.721.190</u>
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		3.922	416.325	8.561.657
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		389	566	26.860
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>4.311</u>	<u>416.891</u>	<u>8.588.517</u>
		<u>120.500</u>	<u>367.620</u>	<u>8.874.267</u>		<u>125.889</u>	<u>794.703</u>	<u>17.469.675</u>
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.931.891		-	-	8.946.901
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		79.291	1.728.195	3.654.831
BNDES		-	-	-		49.127	1.228.122	8.336.944
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.931.891</u>		<u>128.418</u>	<u>2.956.317</u>	<u>20.938.677</u>
		<u>120.500</u>	<u>367.620</u>	<u>17.806.158</u>		<u>254.307</u>	<u>3.751.020</u>	<u>38.408.352</u>

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a R\$ 9.899.910mil, equivalente a US\$ 4,875,362 mil e no consolidado a R\$ 19.451.167 mil, equivalente a US\$ 9,579,024 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
Controladora	95,89%	0,61%	3,50%
Consolidado	97,91%	0,31%	1,78%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2012, é de 5,05% e 2011 foi de 4,97%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	120,099	151,375	336,014	146,248	8,128,119	8,881,855
Consolidado	275,934	347,789	772,007	336,010	18,674,700	20,406,440

II – Operação de arrendamento financeiro:

Na controlada Amazonas Energia os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base a vida útil dos ativos.

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Menos de um ano	298.660	283.831
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.493.301	1.419.154
Mais de cinco anos	1.991.067	2.105.079
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	273.291	202.636
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	4.056.319	4.010.700
Ajuste a valor presente	(2.034.301)	(2.092.159)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	<u>2.022.018</u>	<u>1.918.541</u>
Menos de um ano	159.633	142.997
Mais de um ano e menos de cinco anos	798.165	714.984
Mais de cinco anos	1.064.220	1.060.560
Valor presente dos pagamentos	<u>2.022.018</u>	<u>1.918.541</u>

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Empresas	Empreendimento	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação	Valor do Financiamento R\$ MM (Quota Parte das Controladas)	Saldo Devedor R\$ MM em 30/09/2012
Eletronorte, Chesf e Eletrobras	Norte Energia	SPE	49,98%	2.100	2.194
Eletrosul e Chesf	ESBR	SPE	40%	3.818	3.330
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	SPE	90%	223	218
Eletrosul	RS Energia	SPE	100%	178	139
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	SPE	100%	170	86
Eletrosul e Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	SPE	49,0%	145	164
Eletrosul	Porte Velho Transmissora de Energia	SPE	100%	283	301
Eletrosul	UHE Mauá	SPE	49%	179	182
Eletrosul	UHE Passo de São João	Corporativo	100%	198	181
Eletrosul	SC Energia	Corporativo	100%	270	164
Eletrosul	UHE São Domingos	Corporativo	100%	207	211
Eletronorte	São Luis II e III	Corporativo	100%	14	12
Eletronorte	Miranda II	Corporativo	100%	48	36
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	Corporativo	100%	70	71
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	Corporativo	100%	26	2
Eletronorte	UHE Tucuruí	Corporativo	100%	931	408
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	SPE	49,00%	147	151
Eletronorte e Chesf	Manaus Transmissora	SPE	49,50%	396	420
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	SPE	100,00%	949	801
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	SPE	100,00%	138	133
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	SPE	49,00%	82	82
Eletronorte e Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	SPE	49,00%	26	26
Eletronorte e Furnas	Brasventos Miassaba 3	SPE	49,00%	11	11
Eletronorte e Furnas	Rei dos Ventos 3	SPE	49,00%	27	28
Eletronuclear	Angra III	Corporativo	100,00%	6.146	1.030
Furnas e Chesf	IE Madeira	SPE	49,0%	841	817
Chesf	Eólica Pedra Branca	SPE	49,0%	37	70
Chesf	Eólica São Pedro do Lago	SPE	49,0%	37	73
Chesf	Eólica Sete Gameleiras	SPE	49,0%	44	86
Chesf	TDG	SPE	49,9%	65	73
Furnas	UHE Batalha	Corporativa	100%	224	170
Furnas	UHE Simpício	Corporativa	100%	1.034	812
Furnas	UHE Baguari	Corporativa	15%	60	52
Furnas	UHE Santo Antônio	SPE	39%	2.589	3.155
Furnas	UHE Foz do Chapecó	SPE	40%	662	1.958
Furnas	Centroeste de Minas	SPE	49%	14	12
Furnas	Serra do Facão	SPE	49,5%	257	280
Furnas	Goiás Transmissão	SPE	49%	97	77
Furnas	MGE	SPE	49%	58	56
Furnas	Transenergia São Paulo	SPE	49%	19	20
Furnas	Transenergia Renovável	SPE	49%	60	62
Furnas e Eletrosul	Teles Pires	SPE	49%	221	233
Total				23.102	18.386

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2011	160.229
Movimentação em 2012	23.627
Garantia devida em 30/09/2012	<u>183.856</u>

- a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 337,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Eletrobras é de 100% do financiamento.
- b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Eletrobras interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.
- c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, com capacidade instalada de 3.450MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, , a serem pagos em 240 meses. A Eletrobras é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).
- d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.150 MW. A Eletrobras é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, , limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).
- e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Eletrobras como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).
- f) UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Eletrobras é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.
- g) UHE Serra do Facão –SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49.5%), Alcoa Alumínio S.A.(30,5%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (10%), com capacidade instalada de 210MW. A prestação de garantia pela Eletrobras no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.
- h) Eólicas Cerro Chato I, II e III – SPE’s Eólicas Cerro Chato I, II e III são formadas pela Eletrosul (90%) e Wobben (10%), com capacidade instalada de 30MW cada. Possui 80% de financiamento com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 2 anos de carência. O aval da Eletrobras é de 90% do financiamento.
- i) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.
- j) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Eletrobras presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).

- k) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Eletrobras e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Eletrobras, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.
- l) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES . A Eletrobras figura como garantidora do referido contrato.
- m) RS Energia – Garantia à Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação acionária das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras. A Eletrosul tem 100% de participação na RS.
- n) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Eletrobras nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Eletrobras figura como interveniente, na proporção de suas controladas.
- o) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Eletrobras em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Eletrobras é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.
- p) Angra III – A Eletrobras é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 22 – DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2012, a composição do saldo da rubrica de debêntures a pagar está assim apresentada:

<u>Tx de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
106,5% CDI	15/09/2012	111.668	210.984
IPCA +6,5% aa	30/09/2012	574.778	279.387
IPCA +6,5% aa	30/12/2012	0	248.866
IPCA +6,5% aa	30/09/2013	304.006	279.410
TJLP +1,65% aa	26/04/2013	68.443	
		<u>1.058.895</u>	<u>1.018.647</u>

O montante de R\$ 111.668 refere-se à emissão de 420 debêntures, Série Única, com vencimento em 15 de setembro de 2012, com taxa de juros de 106,5% do CDI, com valor unitário de R\$ 1.000 cada, efetuada pela SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A, sendo, 400 debêntures emitidas em 15 de setembro de 2011 e sendo as restantes 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures foram resgatadas em sua

totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Apesar do vencimento em setembro de 2012, o valor consta em aberto devido a defasagem de 30 dias na consolidação da SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A, conforme nota 3.2 (c).

O montante de R\$ 574.778 refere-se à emissão de 1.500.000.000 debêntures não conversíveis em ações pela investida SPE Madeira Energia, tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista e OPI, CNO, Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, FURNAS e Cemig Geração e Transmissão S.A. como intervenientes e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciária e agente do debenturista. A emissão deste título tem por objetivo captar recursos destinados à construção da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado.

Apesar do vencimento em setembro de 2012, o valor consta em aberto devido a defasagem de 30 dias na consolidação da SPE Madeira Energia, conforme nota 3.2 (c).

Em 20 de janeiro de 2012, a Assembleia de acionistas da Estação Transmissora de Energia S.A. aprovou a emissão de Debênture, para subscrição particular, de 221.789.000 debêntures de primeira emissão da Companhia, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da Companhia, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis dividida em Quatro Séries com Garantia Real e Fidejussória por Fiança. No dia 13 de fevereiro de 2012 foi realizada a primeira emissão do Boletim de subscrição de debêntures para a liberação da primeira parcela dos recursos de financiamentos do FDA, no valor de R\$ 67.030.

NOTA 23 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004,

estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 30 de setembro de 2012, a R\$ 302.082 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 227.174), dos quais R\$ 289.571 no não circulante (31 de dezembro de 2011 - R\$ 211.554).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Financeiras, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	6.407	9.516
Cautelas	6.104	6.104
	<u>12.511</u>	<u>15.620</u>
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Convertidos 1990 a 1995	30.826	28.731
Créditos Arrecadados a Classificar	113.468	89.671
Outras Obrigações - Ações a Conve	145.277	93.152
	<u>289.571</u>	<u>211.554</u>

NOTA 24 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

A Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, reforma as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia a partir de 30 de junho de 2009, nos termos da Resolução normativa ANEEL 427, de 22 de fevereiro de 2011, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional - (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

NOTA 25 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda	9.397	-	678.072	329.024
Contribuição Social	-	-	306.809	187.928
IR / CS diferidos	122.423	397.980	536.163	1.161.598
PASEP e COFINS	8.714	25.379	264.956	219.257
ICMS	4	183	243.668	124.662
PAES / REFIS	-	-	731.264	833.469
INSS/FGTS	5.252	330	107.620	79.105
Outros	-	-	220.779	-
Total	145.790	423.872	3.089.332	2.935.043
Passivo circulante	23.367	40.190	1.450.645	1.032.521
Passivo não circulante	122.423	383.682	1.638.687	1.902.522

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	30/09/2012		30/09/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	4.162.559	4.162.559	3.705.609	3.705.609
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	1.040.640	374.630	926.402	333.505
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(17.516)	(6.306)	(20.465)	(7.367)
Equivalência patrimonial	(660.775)	(237.879)	(407.037)	(146.533)
Provisão de JCP	-	-	(241.765)	(87.035)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	151.985	54.714	109.463	39.407
Demais adições (exclusões)	(115.420)	(41.551)	22.795	8.736
Total da despesa (Receita) de IRPJ e CSLL	398.914	143.608	389.393	140.713

b) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, o incentivo fiscal mencionado totalizou R\$ 335.539 (R\$ 317.812, em 31 de dezembro de 2011), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

c) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 26 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE		
Remuneração e Ressarcimento (ITAIPU)		
Quota RGR	164.888	176.892
Quota CCC	33.530	88.273
Quota CDE	12.005	9.245
Quota PROINFA	34.193	48.745
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	723.184	551.553
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	8.330	6.205
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	241.918	274.722
Programa de Eficiência Energética - PEE	11.965	11.304
Outros (especificar)	7.921	9.476
TOTAL	1.237.934	1.176.415
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Remuneração e Ressarcimento (ITAIPU)		
Quota RGR	39.940	15.010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	440.796	370.714
Programa de Eficiência Energética - PEE	37.139	-
TOTAL	517.875	385.724

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlada pela Eletrobras, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimentada a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial alterado pela Lei nº 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei nº 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia. O Proinfa também proporciona a redução da emissão de gases de efeitos estufa da ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO₂/ano ao incluir as fontes limpas na produção de energia elétrica do país.

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
JCP exercício	-	1.066.951
Dividendos não reclamados	140.724	109.398
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.358.869	3.147.364
	3.499.593	4.323.713
Não circulante		
Dividendos retidos exercícios anteriores	-	3.143.222
Total	3.499.593	7.466.935

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em janeiro de 2010 pagar os dividendos retidos mantidos até então na Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Eletrobras em 29 de janeiro de 2010, restando ser liquidada a parcela de junho de 2013, no total de R\$ 3.358.869 (R\$ 6.290.586 em 31 de dezembro de 2011).

Os créditos são remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

Dividendos Prescritos

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 140.724 (R\$ 109.398 em 31 de dezembro de 2011), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011. A remuneração relativa ao exercício de 2007, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 28 - CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-	118.568	101.448	64.762	144.753
Outros	8.487	7.602	7.883	10.923
	<u>127.055</u>	<u>109.050</u>	<u>72.645</u>	<u>155.676</u>

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X
Itaipu BR	X			X	X
Itaipu PY	X			X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33/IAS 19, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33/IAS 19.

A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A data de avaliação para cada ano é 31 de dezembro.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Planos de benefícios previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício				
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	147.451	-	1.838.409	1.656.415
Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício				
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	18.332	30.617	869.525	741.116
Valor do passivo registrado	165.783	30.617	2.707.933	2.397.530
Planos de benefícios previdenciários - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA				
Valor acumulado em ORA no final do exercício	174.371	(5.325)	1.373.860	840.085
Outros benefícios pós-emprego - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA				
Valor acumulado em ORA no final do exercício	(7.463)	6.837	672.177	615.840
	166.908	1.512	2.046.037	1.455.925

A companhia e suas controladas avaliam seus passivos atuariais anualmente e conseqüentemente, os valores apresentados acima podem sofrer alteração em razão da avaliação que será realizada para a data base de 31 de dezembro de 2012.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das informações trimestrais, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	67.644	67.544
Tributárias	-	-	78.319	76.477
Cíveis	-	-	60.497	95.169
Outros	-	-	1.000	1.000
	-	-	207.460	240.190
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	3.169	4.293	936.986	786.040
Tributárias	-	-	258.723	297.721
Cíveis	1.339.896	1.442.104	3.816.060	3.564.443
Outros	-	-	3.826	3.972
	1.343.065	1.446.397	5.015.595	4.652.176
	1.343.065	1.446.397	5.223.055	4.892.366

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.
- Nas datas das informações trimestrais não haviam causas dignas de menção, cujo desfecho negativo seja considerado possível ou remoto, que sejam diferentes das causas divulgadas em dezembro de 2011.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	1.446.397	4.892.366
Constituição de provisões	64.210	772.878
Reversão de provisões	(93.794)	(340.012)
Pagamentos	(73.748)	(102.177)
Saldo em 30/09/2012	1.343.065	5.223.055

1 – Principais Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas e spe's com probabilidade de perda provável:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

Ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica. A Companhia mantém provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.339.896 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.442.104).

As demandas que foram objeto de provisão impugnaram a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente 2.296 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre seis a oito anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1ª e 2ª conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão, leva em consideração os impactos nos aspectos jurídicos e metodológicos decorrentes da decisão judicial.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

1.1.2 - Em empresas controladas

1.1.2.1 - Na controlada Chesf:

a) A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal e decisões prolatadas, que podem resultar na anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. Nesse julgamento, o STJ reduziu substancialmente a condenação em honorários. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos. Em 30 de setembro de 2012 aguardava-se, ainda, a intimação das partes quanto as decisões proferidas pelo STJ.

Em novembro/1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa Liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24 de junho de 2002, mantendo-se por unanimidade a Liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade de execução das quantias resultantes do processo, antes do trânsito em julgado da decisão final.

Posteriormente as rés apresentaram perante o Juízo da 12ª Vara Cível do Recife processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal.

Nos autos dessa ação de liquidação o Juiz da 12ª Vara Cível reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento, tendo o Tribunal de Justiça de Pernambuco alterado essa decisão e determinado que a competência para julgamento do processo de liquidação é da Justiça Comum Estadual. Contra essa decisão do TJPE, foram interpostos recursos especial e extraordinário, pela Chesf e pela União Federal. Em

outubro/2010 referidos recursos foram julgados em desfavor da Chesf e da União, salvo na parte referente aos honorários dos patronos do Consórcio, que foram reduzidos. Em 31 de março de 2011, aguardava-se a publicação dos acórdãos correspondentes.

Posteriormente, o Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença julgando o processo de liquidação e fixando o valor da condenação em R\$ 842.469, havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava *sub judice* no STJ. Contra essa decisão o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. A 6ª Câmara Cível do TJPE ao apreciar a matéria, em 26 de maio de 2011, converteu o agravo de instrumento em apelação e julgou-a procedente. Contra essa decisão a Chesf interpôs Embargos de Declaração, ainda *sub judice*. Em 31 de dezembro de 2011 encontravam-se em tramitação no STJ embargos de declaração interpostos pelo Consórcio Xingó, no que se refere à decisão daquela corte em torno do valor da causa e dos honorários de sucumbência, devidamente contra-arrazoados pela Chesf e no TJPE os mesmos embargos interpostos pela Chesf conforme anteriormente informado. Em 23 de março de 2012 o TJPE julgou os embargos interpostos pela Chesf e a União mas, como não fez de forma clara, novos embargos foram interpostos, no prazo legal, para se obter o devido esclarecimento sobre o conteúdo da decisão.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 492.895, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia. Em 30 de setembro de 2012 a situação relatada anteriormente permanecia inalterada.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

b) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31 de março de 2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30 de setembro de 2009 a Chesf não tinha sido notificada sob a redistribuição dos autos. Em 30 de junho de 2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor, conforme acórdão publicado em 24 de junho de 2011. Em 30 de setembro de 2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Em 31 de dezembro de 2011 a liminar havia sido deferida para ordenar a interrupção da execução do processo principal. Em 30 de junho de 2012

não houve movimentação de relevância no processo, estando a ação rescisória ainda pendente de julgamento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000. Em 30 de setembro de 2012, estava a ação rescisória ainda pendente de julgamento.

c) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06 de dezembro de 1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19 de abril de 2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 31 de dezembro de 2011 o STJ havia concedido provimento ao agravo de instrumento da Chesf determinando a subida do Recurso Especial, o qual se encontra concluso com o relator, em 30 de setembro de 2012. A Companhia possui em seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 87.000.

d) Ação de indenização por perdas e danos decorrente da não contratação da então Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em virtude de licitação para a aquisição de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Camaçari (BA), o que teria caracterizado, no dizer da demandante, a figura dos lucros cessantes, ou seja, valores que efetivamente deixou de ganhar pela não efetivação do contrato em tela. A Chesf interpôs, sucessivamente, recurso de apelação, recurso especial, agravo de instrumento em recurso especial e agravo regimental no agravo de instrumento em recurso especial; contudo, não obteve êxito. Em 30 de setembro de 2012 o processo se encontra em fase de execução na 5.ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE, pendente de apreciação de impugnação ao cumprimento de sentença. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nessa ação no valor de R\$ 23.292.

e) Ação Civil Pública, processo nº 5000.06-2011.4.01.3306, manejada pelo Ministério Público Federal em conjunto com a Funai alegando, em favor de 80 pessoas, que se autodenominam índios, os mesmos direitos reconhecidos a comunidade Tuxá, fruto do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal, Funai, Chesf, e a própria Comunidade Tuxá, acrescido de outros pedidos. A Companhia, tempestivamente, contestou todos os argumentos lançados no processo em comento por entender que os substituídos não possui direito. Após Decisão liminar deferindo em parte, foram apresentados Embargos de Declaração que, em 30 de setembro de 2012, encontravam-se conclusos para decisão. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 25.200.

f) Ação de desapropriação, processo n.º 0001023-58.2011.8.05.0073, no qual litigam Manoel Lino dos Santos e outros 121, contra a Chesf, visando à regularização de 121 (cento e vinte uma) indenizações celebradas administrativamente, com vários posseiros no Município de Curaçá - BA. Prolatada a sentença, a ação foi julgada

procedente, no sentido de condenar a Chesf a pagar R\$ 359,47 por hectare, em consonância com o art. 27 do Decreto-lei n.º 3.365/1941 (Lei de Desapropriações). A Chesf interpôs recurso de apelação para o TJBA, o qual reformou parcialmente a sentença, no sentido de excluir do valor da condenação apenas os honorários do assistente técnico da parte Autora. A Chesf, então, interpôs recurso especial, pendente de apreciação pelo Egrégio STJ. Tendo em vista que o recurso especial possui tão somente efeito devolutivo (art. 542, § 2.º, do Código de Processo Civil), a parte Autora propôs cumprimento de sentença provisório, tendo sido expedida, para tanto, a Carta Precatória de n.º 0070647-86.2011.8.17.0001, na qual fomos intimados para pagar ou nomear bens à penhora no valor de R\$ 28.088. A Chesf, por discordar dos cálculos, em março/2012 efetuou o depósito e impugnou a referida sentença, vez que a matéria de mérito ainda está sendo discutida, efetuando em seu passivo não circulante provisão no valor equivalente ao depósito, para suportar eventual perda nessa ação. Não havendo alteração até 30 de setembro de 2012.

g) Ação de indenização por danos materiais e lucros cessantes, movida pela Vitivinícola Santa Maria S/A (sucudida pelas Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A) (processo principal n.º 0028240-80.2002.8.17.0001, com liquidação provisória por arbitramento n.º 0043786-78.2002.8.17.0001) no valor de R\$ 41.805. Houve concordância da Chesf com relação ao valor atribuído a título de danos emergentes, no montante de R\$ 2.367. Com relação ao valor dos lucros cessantes, de R\$ R\$ 39.438. foram interpostos agravos de instrumento para o TJPE, tanto por parte da Chesf quanto por parte da Autora, por discordarem da metodologia empregada na atribuição desse valor, estando, em 30 de setembro de 2012, os mesmos pendentes de julgamento por aquela Corte de Justiça.

1.1.2.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R\$ 761.702.

1.1.2.3. – Na Controlada Furnas

a) Ação de cobrança movida pela AES Tietê no valor estimado de R\$ 51.104. FURNAS efetuou depósito no mesmo valor do qual foi liberado, pelo juízo para saque da AES, o valor de R\$ 46.458. O saldo remanescente, R\$ 4.322, ainda está em discussão e a probabilidade de perda é provável.

b) Ação movida pela Tractebel no valor estimado de R\$ 82.970 cujo objeto é correção monetária de contratos iniciais cujas faturas foram liquidadas após vencimento. Probabilidade de perda provável.

c) Ações cíveis no valor de R\$ 75.520 referem-se a autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por FURNAS cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável.

1.1.2.4 – Na controlada Ceron

a) Diferencial de alíquota do ICMS, no período de 2001 e 2002, objeto dos Autos de Infração nº. 01.037.884-4 e 01.037.885-2, no montante de R\$ 75.502, atualizado até 30 de setembro de 2012.

b) Autos de infração – ANEEL

A Companhia registrou em dezembro de 2011, como provisão passiva os autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em decorrência de não conformidade e procedimentos ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que são estabelecidas ao setor elétrico. O registro contábil foi realizado após a manifestação da assessoria jurídica da Companhia com o posicionamento na alteração da probabilidade de perda possível para provável. A seguir, elencamos o detalhamento dos autos que estão atualizados até setembro de 2012:

AI	Origem	Período	Valor R\$		
			Principal	Atualização	Total
004/2008	DEC e FEC	2003, 2004 e 2006	15.702	9.093	24.795
038/2010-SFE	DEC e FEC	2008	1.899	521	2.420
043/2010-SFE	Índices INS, ICO e IAB		109	28	137
054/2010-SFE	Informações Perdas Técnicas		889	235	1.124
078/2010-SFE	Não conformidade nas áreas técnicas e comercial		1.171	297	1.468
089/2010-SFE	DEC e FEC	2009	4.301	1.030	5.331
090/2010-SFE	Índices DRP e DRC	2008 a 2009	1.472	349	1.821
039/2010-SFG	Não equacionamento reposição óleo diesel a CCC		8.585	1.694	10.279
006 e 018/2012-SFE	Índices INS, ICO e IAB		3.673	150	3.823
128/2010-SFE	DIC, FIC e DMIC		1.689	313	2.002
071 e 077/2012-SFF	RIT e Descumprimento da Resolução 1.985/09		454	6	460
Total dos Autos			39.944	13.716	53.660

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
 FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
 INS – Índice de Nível de Serviço
 ICO – Índice de Chamadas Ocupadas
 IAB – Índice de Abandono
 DRP – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária
 DRC – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Crítica
 DMIC - Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora
 DIC - Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
 FIC - Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
 RIT - Relatório de Informações Trimestrais

Para todos os autos acima, a Companhia apresentou recursos, cujas penalidades foram mantidas pelo Órgão Regulador e os assuntos foram encerrados na esfera administrativa.

Para os autos 004/2008, 038/2010, 043/2010, 054/2010, 078/2010, 089/2010 e 090/2010, a Companhia interpôs as ações judiciais efetivando os respectivos depósitos. Os demais autos a Companhia está analisando a viabilidade de ajuizar as ações.

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Em empresas controladas

1.2.1.1 - Na controlada Furnas:

a) Data – base dos engenheiros

Data-base dos engenheiros – o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação. O valor estimado deste processo é de R\$ 42.474 para a probabilidade de perda provável;

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico;

c) Complemento de aposentadoria

Refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos, no montante de R\$ 190.831.

1.2.1.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R\$ 342.995.

1.2.1.3 – Na controlada Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado “Plano Bresser” (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados “gatilhos” e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão-somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base.

A Companhia apresenta provisão em relação a esse assunto, no montante de R\$ 3.583.

1.3 – Ações Judiciais Tributárias

1.3.1- Em empresas controladas

1.3.1.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

A principal ação registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra FURNAS em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 (R\$ 791.796 históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 1 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão, pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para cinco anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 para R\$ 202.208.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 81.451, relativas ao Pasep / Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de junho de 1996 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 120.757 refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

As provisões citadas são líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Empresa e de suas investidas, amparadas no entendimento de seus respectivos consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

1.3.1.2 - Na controlada Cepisa :

As ações fiscais provisionadas, consideradas com expectativa de perda provável, são compostas por processos referente a ICMS e ISS, que totalizam o montante de R\$ 17.048.

1.1.3 – Nas SPE's

1.1.3.1- Ações Judiciais Cíveis

a) STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A provisão para contingências, mantida pela controlada, refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam da definição do valor das indenizações das servidões para passagem da linha de transmissão. Em 30/09/2012, está provisionado o montante cuja participação da Companhia corresponde a R\$ 713 (R\$ 713, em 31/12/2011).

A administração da controlada, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

1.1.3.2 – Ações Judiciais Trabalhistas

1.2.2) ESBR Participações S.A.

A Companhia possui provisão de R\$ 468 para fazer frente a passivos contingentes considerando a estimativa de perda provável sobre processos trabalhistas em andamento, onde a ESBR figura como 2ª reclamada pela responsabilidade solidária em contrato com terceiros.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 425.428 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 408.712).

Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2011	408.712
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	16.716
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 30/09/2012	425.428

NOTA 32 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

 CONSOLIDADO

UHE	Circulante	
	30/09/2012	31/12/2011
Foz do Chapecó	18.093	19.498
Peixe Angical	7.066	6.627
Retiro Baixo	131	123
Serra do Facão	4.046	3.856
Santo Antonio	5.951	5.129
Passo São João	280	-
São Domingos	724	-
Total	36.291	35.233

	Não Circulante	
	30/09/2012	31/12/2011
Jirau	43.540	39.776
Belo Monte	75.566	72.593
Passo São João	3.841	4.069
Mauá	12.492	12.357
São Domingos	9.301	4.774
Teles Pires	38.148	34.928
Batalha e Simplicio	44.177	42.230
Foz do Chapecó	243.455	236.560
Peixe Angical	79.569	77.029
Retiro Baixo	3.662	3.563
Serra do Facão	654.379	635.722
Santo Antonio	73.090	70.825
Balbina	318.821	300.106
Total	1.600.041	1.534.532

UHE	anos	Valor nominal original		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Passo São João	29	200	5.944	280	8.097
Mauá	30	618	18.855	840	25.060
São Domingos	25	260	6.717	723	18.256
Jirau	30	3.150	96.840	3.966	121.954
Teles Pires	32	6.866	235.248	8.215	282.244
Batalha	35	298	8.725	423	8.222
Simplício	35	1.134	34.036	1.626	35.955
Foz do Chapecó	35	19.261	504.000	42.128	653.870
Peixe Angical	35	6.800	197.200	15.846	216.587
Retiro Baixo	35	238	6.902	267	7.743
Serra do Facão	35	40.618	1.073.000	93.468	1.322.681
Santo Antônio	35	12.132	379.267	15.384	480.522
Belo Monte	35	8.305	99.662	6.071	72.856
		<u>99.880</u>	<u>2.666.396</u>	<u>189.237</u>	<u>3.254.047</u>

NOTA 33 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	133.270	133.270
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.250	2.250
UHE de Xingó	6.321	6.321
Linha de transmissão no Estado da Bahia	989	989
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	5.865	5.865
	<u>148.695</u>	<u>148.695</u>

NOTA 34 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

Empresas	2013	2014	2015	Após 2015 (pagamento anual)
Amazonas *	2.144.950	2.272.455	2.379.660	-
Distribuidora Alagoas *	526.737	530.645	542.397	-
Distribuidora Piauí *	1.306.044	375.592	349.036	7.736.675
Distribuidora Rondônia *	899.055	922.182	973.791	5.542.237
Eletrobras*	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.850.000
Eletronorte *	3.665.787	3.933.703	4.121.557	8.863.121
Eletronuclear	375.519	321.884	280.353	6.515.637
Furnas	437.235	34.120	30.732	61.464
Total	<u>11.205.327</u>	<u>10.240.581</u>	<u>10.527.526</u>	<u>30.569.134</u>

* Compra de energia

1. Combustível nuclear (Eletronuclear)

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II.

2. Compromissos sócio ambientais

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

3. Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra I e Angra II, necessários à manutenção operacional desses ativos.

4. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Eletrobras apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Toda essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras.

NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de



junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,88
BNDESPAR	180.757.951	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.053	14,75
BNDES	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
Outros	230.363.543	21,17	146.920	219.262.258	82,60	449.772.721	33,24
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,0</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,0</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,0</u>

Do total das 424.411.302 (já deduzidas as 526 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 302.039.097, ou seja, 71,17% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 161.492.970 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 140.546.099 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 69.039.425 ações ordinárias e 28.649.341 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* – ADR's.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

CONTROLADORA E

CONSOLIDADO

Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)

	30/09/2012	31/12/2011
	2.233.016	2.233.016
	16.337.997	16.337.997
	18.571.013	18.571.013

NOTA 36 – LUCRO POR AÇÃO**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

30/09/2012				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	2.909.257	393	710.385	3.620.036
	2.909.257	393	710.385	3.620.036
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	2,68	2,68	2,68	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

30/09/2012					
Numerador	Ordinárias	Ordinárias convertidas	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	2.899.794	11.795	392	708.055	3.620.036
	2.899.794	11.795	392	708.055	3.620.036
Denominador	Ordinárias	Ordinárias convertidas	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.081	4.422	147	265.437	1.357.086
% de ações em relação ao total	80,10%	0,33%	0,01%	19,56%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	2,67	2,67	2,67	2,67	

NOTA 37 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Geração				
Suprimento / Fornecimento	1.708.122	1.346.223	16.455.435	13.828.574
Repasse Itaipu	184.173	655.879	184.173	655.879
	<u>1.892.295</u>	<u>2.002.102</u>	<u>16.639.608</u>	<u>14.484.453</u>
Transmissão				
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	2.382.290	1.894.676
Receita de operação e manutenção	-	-	1.414.309	1.262.563
Receita de construção	-	-	2.580.375	2.043.105
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.376.974</u>	<u>5.200.344</u>
Distribuição				
Fornecimento	-	-	4.062.590	3.156.975
Receita de operação e manutenção	-	-	21.893	520.954
Receita de construção	-	-	644.335	24.362
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.728.818</u>	<u>3.702.292</u>
Outras receitas				
	-	6.615	499.766	537.277
	<u>1.892.295</u>	<u>2.008.717</u>	<u>28.245.166</u>	<u>23.924.365</u>
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.290.425)	(1.246.875)
(-) ICMS	-	-	(915.106)	(788.758)
(-) PASEP e COFINS	(134.037)	(125.843)	(1.572.217)	(1.409.402)
(-) Outras Deduções	19.759	-	(81.283)	(20.980)
	<u>(114.278)</u>	<u>(125.843)</u>	<u>(3.859.031)</u>	<u>(3.466.015)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.778.017</u>	<u>1.882.874</u>	<u>24.386.135</u>	<u>20.458.350</u>

NOTA 38 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	2.324.156	1.292.672	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	39.713	33.030	39.713	33.030
	<u>2.363.869</u>	<u>1.325.701</u>	<u>39.713</u>	<u>33.030</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	364.003	402.909	387.211	451.180
Juros sobre o capital próprio				
Juros sobre o capital próprio	23.516	18.940	23.516	18.940
Dividendos	70.063	81.859	70.063	81.859
Remuneração dos investimentos em parcerias	17.585	(8.923)	17.585	(8.923)
Outros investimentos	111.164	91.877	111.164	91.877
	<u>2.839.036</u>	<u>1.820.487</u>	<u>538.088</u>	<u>576.087</u>

NOTA 39 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal	262.107	258.450	4.228.848	3.935.810
Material	3.240	3.443	224.178	210.978
Serviços	84.087	78.590	1.640.869	1.456.305
	<u>349.434</u>	<u>340.483</u>	<u>6.093.895</u>	<u>5.603.093</u>

NOTA 40 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Suprimento	-	-	1.191.065	942.962
Encargos sobre uso da Rede	-	-	1.691.859	1.053.464
Comercialização CCEE	-	168.341	57.488	252.542
Proinfa	1.775.570	1.266.754	1.783.019	1.266.754
Outros	3.431	6.958	25.338	13.343
	<u>1.779.001</u>	<u>1.442.053</u>	<u>4.748.769</u>	<u>3.529.065</u>

NOTA 41 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Garantias	23.627	19.133	23.627	19.133
Contingências	(103.332)	(65.502)	458.406	235.483
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	577.613	503.228
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(178.856)	47.530	(178.856)	47.530
Passivo a descoberto em Controladas	518.237	373.711	-	-
Perdas em Investimentos	(221.678)	64.142	(221.678)	64.142
Impairment	-	-	(2.189)	409.000
Outras	169.912	6.138	157.004	509.106
	<u>207.910</u>	<u>445.152</u>	<u>813.928</u>	<u>1.787.622</u>

NOTA 42 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	31.637.055	30.340.544	76.377.401	70.930.767
Clientes	254.549	579.433	5.845.502	6.327.214
Empréstimos e financiamentos	28.462.425	27.726.142	28.495.294	27.757.330
Direitos de Ressarcimento	-	-	5.256.786	3.972.768
Ativo Financeiro - Concessões	2.920.081	2.034.969	35.300.072	31.644.078
Outros ativos	-	-	1.479.746	1.229.377
Mantidos Até o Vencimento	221.138	212.903	221.622	212.903
Títulos e Valores Mobiliários	221.138	212.903	221.622	212.903
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	4.838.914	8.666.466	8.115.678	11.819.010
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	582.442	380.567
Títulos e Valores Mobiliários	4.838.914	8.666.466	7.533.236	11.438.443
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados ao Custo Amortizado	20.145.934	1.604.232	75.490.072	40.570.554
Fornecedores	382.655	384.676	7.505.661	3.906.748
Empréstimos e financiamentos	18.729.095	488.120	54.923.255	30.356.556
Debêntures	-	-	1.058.895	1.018.647
Obrigações de Ressarcimento	990.225	710.308	5.008.946	793.984
Arrendamento Mercantil	-	-	2.022.018	-
Concessões a Pagar UBP	-	-	1.764.845	1.393.564
Obrigações estimadas	43.959	21.128	1.697.492	1.049.774
Outros passivos	-	-	1.508.960	2.051.281
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	-	348.135	467.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	348.135	467.683

1 - Gestão de Recursos**1.1-Gestão de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	30/09/2012	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Total dos Empréstimos	18.729.095	47.330.270
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	923.870	4.188.493
Dívida Líquida	17.805.225	43.141.777
(+) Total do Patrimônio Líquido	79.586.128	79.793.446
Total do Capital	97.391.353	122.935.223
Índice de Alavancagem Financeira	18%	35%

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Títulos e valores mobiliários: Longo Prazo - mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente.
- Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.
- Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste trimestre, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R\$ 9.759.003 (R\$ 9.733.390 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir por moeda:

Moeda	U\$ (equivalentes)	%	R\$
US\$	2.980.731	62,02%	6.052.672
R\$	<u>1.825.239</u>	<u>37,98%</u>	<u>3.706.331</u>
	4.805.970	100%	9.759.003

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o critério do teste de eficácia (CPC 38).

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição as variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, serão com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

A Eletrobras vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de *hedge*. Em 2011 foi ampliado o Programa de Operações com Instrumentos Derivativos, o qual passa a abranger, além dos descasamentos de moeda até o período de dezembro de 2012, também as exposições à taxa de juros existentes em tal período.

Desta forma, conforme o quadro abaixo a empresa realizou operações de trava de juros Libor com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Além da operação de swap de Libor, estratégias de

hedge cambial foram analisadas em 2011 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras. Dentro dessa estratégia tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço patrimonial da Eletrobras como o de seu fluxo de caixa.

(i) Modalidade do instrumento derivativo:	Swap Fluxo de Caixa Não Constante Dólar (US\$) x Libor				
	MONTANTES CONTRATADOS	TAXAS UTILIZADAS	DATAS DE VENCIMENTO	AJUSTES DE MERCADO (MTM)	MONTANTES LIQ.SEMESTRALMENTE
Operação 1/2011	\$20.192	2,4400%	25/11/2015	-R\$ 1.459	R\$ 0
Operação 2/2011	\$20.192	2,4900%	25/11/2015	-R\$ 1.499	R\$ 0
Operação 3/2011	\$50.000	3,2780%	10/08/2020	-R\$ 9.005	-R\$ 1.268
Operação 4/2011	\$100.000	3,3240%	10/08/2020	-R\$ 18.404	-R\$ 2.582
Operação 5/2011	\$50.000	2,1490%	10/08/2015	-R\$ 2.309	-R\$ 695
Operação 6/2011	\$100.000	2,2725%	10/08/2015	-R\$ 4.986	-R\$ 1.516
Operação 7/2011	\$100.000	2,1790%	10/08/2015	-R\$ 4.807	-R\$ 1.421
Operação 8/2011	\$100.000	2,1500%	10/08/2015	-R\$ 4.643	-R\$ 1.392
Operação 9/2012	\$25.000	1,6795%	27/11/2020	-R\$ 1.669	R\$ 0
Operação 10/2012	\$25.000	1,6295%	27/11/2020	-R\$ 1.535	R\$ 0
Operação 11/2012	\$75.000	1,6285%	27/11/2020	-R\$ 4.597	R\$ 0
Operação 12/2012	\$75.000	1,2195%	29/11/2017	-R\$ 2.857	R\$ 0
Operação 13/2012	\$75.000	1,2090%	29/11/2017	-R\$ 3.249	R\$ 0
Operação 14/2012	\$50.000	1,2245%	29/11/2017	-R\$ 2.226	R\$ 0
Operação 15/2012	\$50.000	1,1670%	29/11/2017	-R\$ 2.092	R\$ 0
Operação 16/2012	\$50.000	1,1910%	29/11/2017	-R\$ 2.185	R\$ 0
Operação 17/2012	\$50.000	1,2105%	29/11/2017	-R\$ 2.260	R\$ 0
Operação 18/2012	\$25.000	1,1380%	29/11/2017	-R\$ 794	R\$ 0

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras. Atualmente, a Eletrobras seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Eletrobras determina para que todas as operações com derivativos a serem realizadas sejam enquadradas no conceito de "hedge de proteção", ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

4 - Derivativos Embutidos

a) Eletronorte

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
			750 MW - até 31/12/2006
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

5 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- Fornecedores: são originalmente mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o terceiro trimestre de 2012 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 47.330.269 (R\$ 42.413.680 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	U\$ (equivalentes)	%	R\$
Dólar Norte-Americano	9.378.603	40,24%	19.044.191
REAL	13.729.490	58,90%	27.879.102
YEN	170.661	0,73%	346.545
EURO	29.760	0,13%	60.431
	<u>23.308.514</u>	<u>100%</u>	<u>47.330.269</u>

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

6 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

6.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

6.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

6.3 - Risco de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de

Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

6.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

6.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA			
	30/09/2012			
	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	2.110.439	988.365	592.253	16.454.877
Fornecedores	382.655	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	693.600	988.365	592.253	16.454.877
Debêntures	-	-	-	-
Obrigações de Ressarcimento	990.225	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Concessões a Pagar UBP	-	-	-	-
Obrigações estimadas	43.959	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA			
	31/12/2011			
	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	1.484.390	261.201	1.642.499	16.022.297
Fornecedores	384.676	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	368.278	261.201	1.642.499	16.022.297
Debêntures	-	-	-	-
Obrigações de Ressarcimento	710.308	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Concessões a Pagar UBP	-	-	-	-
Obrigações estimadas	21.128	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-



PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONSOLIDADO			
	30/09/2012			
	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	23.337.289	6.352.202	10.357.886	35.164.270
Fornecedores	7.259.866	74.848	-	-
Empréstimos e financiamentos	9.247.835	4.268.076	9.110.894	32.189.976
Debêntures	990.452	-	-	68.443
Obrigações de Ressarcimento	3.301.258	1.608.477	99.211	-
Arrendamento Mercantil	159.633	319.266	478.899	1.064.220
Concessões a Pagar UBP	46.321	3.937	486.550	1.227.033
Obrigações estimadas	1.665.477	32.015	-	-
Outros passivos	666.447	45.583	182.332	614.598
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	-	-	348.135
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	348.135

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONSOLIDADO			
	31/12/2011			
	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	6.503.957	-	-	-
Fornecedores	6.503.957	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.887.383	2.794.041	8.508.684	30.866.130
Debêntures	1.018.647	-	-	-
Obrigações de Ressarcimento	1.955.966	1.475.262	-	-
Arrendamento Mercantil	142.997	259.034	388.551	1.127.959
Concessões a Pagar UBP	43.068	3.472	460.123	1.187.007
Obrigações estimadas	888.615	190.701	-	-
Outros passivos	1.171.829	44.098	176.392	658.962
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	12.934	-	-	454.749
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.934	-	-	454.749

7 – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2012 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	6.403.230	13.002.398	2,000	1,500	1,000	9.604.844	6.403.230
IGP-M	7.369.040	14.963.573	1,41%	1,05%	0,70%	15.121.338	15.068.749
EURO(R\$/€)	29.955	60.826	2,628	1,971	1,314	43.279	28.852
IENE(R\$/¥)	214.532	435.629	0,025	0,019	0,013	310.507	207.005
TOTAL	14.016.756	28.462.425				25.079.967	21.707.836

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	2.980.731	6.052.672	2,000	1,335	0,890	3.979.276	2.652.850
IGP-M	1.825.239	3.706.331	1,41%	3,04%	2,02%	3.818.892	3.781.371
TOTAL	4.805.970	9.759.003				7.798.167	6.434.222

Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	6.403.230	13.002.398	2,000	2,500	3,000	16.008.074	19.209.689
IGP-M	7.369.040	14.963.573	1,41%	1,76%	2,11%	15.226.514	15.279.102
EURO(R\$/€)	29.955	60.826	2,628	3,285	3,942	72.131	86.557
IENE(R\$/¥)	214.532	435.629	0,025	0,031	0,038	517.512	621.014
TOTAL	14.016.756	28.462.425				31.824.230	35.196.362

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	2.980.731	6.052.672	2,000	2,225	2,670	6.632.126	7.958.551
IGP-M	1.825.239	3.706.331	1,41%	5,06%	6,07%	3.893.933	3.931.453
TOTAL	4.805.970	9.759.003				10.526.059	11.890.004

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	4.674.941	9.492.935	2,000	1,500	1,000	7.012.411	4.674.941
EURO(R\$/€)	29.760	60.431	2,628	1,971	1,314	42.998	28.665
IENE(R\$/¥)	170.661	346.545	0,025	0,019	0,013	247.010	164.673
TOTAL	4.875.362	9.899.911				7.302.419	4.868.279

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	10.451.780	19.044.189	2,000	1,335	0,890	13.953.127	9.302.085
EURO(R\$/€)	33.166	60.431	2,628	1,821	1,214	60.404	40.269
IENE(R\$/¥)	190.190	346.545	0,025	0,017	0,012	3.297	2.198
TOTAL	10.675.136	19.451.165				14.016.828	9.344.552

Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	4.674.941	9.492.935	2,000	2,500	3,000	11.687.352	14.024.823
EURO(R\$/€)	29.760	60.431	2,628	3,285	3,942	71.663	85.996
IENE(R\$/¥)	170.661	346.545	0,025	0,031	0,038	411.683	494.020
TOTAL	4.875.362	9.899.911				12.170.698	14.604.838

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 3º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	10.451.780	19.044.189	2,000	2,225	2,670	23.255.211	27.906.254
EURO(R\$/€)	33.166	60.431	2,628	3,035	3,643	100.673	120.808
IENE(R\$/¥)	190.190	346.545	0,025	0,029	0,035	5.496	6.595
TOTAL	10.675.136	19.451.165				23.361.380	28.033.656

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

ATIVO FINANCEIRO ITAIPU			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	10.380.617	18.914.523	2,000	1,340	0,890	13.910.027	9.238.749

Apreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

ATIVO FINANCEIRO ITAIPU			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	10.380.617	18.914.523	2,000	2,225	2,670	23.096.873	27.716.248

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Saldo em 30/09/2012	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
464.301	94.667	-	974.159	1.187.929

Para o cenário I (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1,450), logo o valor tende a zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto a variação obtida entre os cenários I e II (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se a aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

8 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		
	30/09/2012		
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3
Empréstimos e Recebíveis	28.716.974	2.920.081	-
Clientes	254.549	-	-
Empréstimos e financiamentos	28.462.425	-	-
Ativo Financeiro - Concessões	-	2.920.081	-
Disponível para venda	1.390.708	-	-
Investimentos (Participações Societárias)	1.390.708	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	4.838.914	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	4.838.914	-	-
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		
	31/12/2011		
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3
Empréstimos e Recebíveis	28.305.575	2.034.969	-
Clientes	579.433	-	-
Empréstimos e financiamentos	27.726.142	-	-
Ativo Financeiro - Concessões	-	2.034.969	-
Disponível para venda	1.561.534	-	-
Investimentos (Participações Societárias)	1.561.534	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	8.666.466	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	8.666.466	-	-

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONSOLIDADO		
	30/09/2012		
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3
Empréstimos e Recebíveis	72.928.809	3.064.851	-
Clientes	5.593.906	84.939	-
Empréstimos e financiamentos	28.495.294	-	-
Direitos de Ressarcimento	5.196.955	59.831	-
Ativo Financeiro - Concessões	32.162.908	2.920.081	-
Outros ativos	1.479.746	-	-
Disponível para venda	1.481.516	7.739	-
Investimentos (Participações Societárias)	1.481.516	7.739	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	7.534.186	581.492	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	950	581.492	-
Títulos e Valores Mobiliários	7.533.236	-	-
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONSOLIDADO		
	31/12/2011		
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3
Empréstimos e Recebíveis	67.811.834	2.347.476	50.996
Clientes	5.504.371	268.469	50.996
Empréstimos e financiamentos	27.757.330	-	-
Direitos de Ressarcimento	3.928.730	44.038	-
Ativo Financeiro - Concessões	29.392.026	2.034.969	-
Outros ativos	1.229.377	-	-
Disponível para venda	1.702.904	-	-
Investimentos (Participações Societárias)	1.702.904	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	11.438.443	380.567	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	380.567	-
Títulos e Valores Mobiliários	11.438.443	-	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.



As informações por segmento de negócios, correspondentes ao 3º trimestre de 2012 e 2011, são as seguintes:

	30/09/12				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Consolidado
RECEITA BRUTA	-	16.639.608	6.376.974	4.728.818	27.745.400
DEDUÇÕES	-	(2.014.635)	(772.090)	(572.540)	(3.359.265)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	14.624.973	5.604.884	4.156.278	24.386.135
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.235.641)	(11.506.243)	(4.409.660)	(3.269.965)	(20.421.508)
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	538.088	-	-	-	538.088
RESULTADO FINANCEIRO	2.560.147	(1.115.272)	(427.418)	(316.950)	700.508
Imposto de renda	(398.914)	(389.952)	(149.445)	(110.821)	(1.049.132)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(143.609)	(226.867)	(86.945)	(64.473)	(521.894)
Participação de acionistas não controladores	(12.161)	-	-	-	(12.161)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.307.911	1.386.639	531.416	394.070	3.620.036

	30/09/11				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Consolidado
RECEITA BRUTA	-	14.484.453	5.200.344	3.702.292	23.387.089
DEDUÇÕES	-	(1.670.736)	(599.843)	(427.048)	(2.697.627)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	12.813.717	4.600.501	3.275.244	20.689.462
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.100.410)	(10.121.957)	(3.634.080)	(2.587.218)	(17.443.665)
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	576.086	-	-	-	576.086
RESULTADO FINANCEIRO	2.560.654	(1.236.978)	(444.112)	(316.177)	563.387
Imposto de renda	(389.393)	(297.508)	(106.814)	(76.044)	(869.760)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(140.713)	(111.742)	(40.119)	(28.562)	(321.136)
Participação de acionistas não controladores	(18.869)	-	-	-	(18.869)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.487.355	1.045.531	375.376	267.242	3.175.505

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 40,88% das ações ordinárias e preferenciais da companhia (vide a Nota 35).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Financiamentos e empréstimos	3.401.604	-	-
Dividendo a receber	273.901	-	-
AFAC	500.000	-	-



Receitas de participação societária	-	-	470.037
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	160.226
	4.175.505	-	630.263
CHESF			
Financiamentos e empréstimos	134.384	-	-
AFAC	1.293.000	-	-
Dividendo a receber	635.596	-	-
Outros	-	1.355	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	7.357
Receitas de participações societárias	-	-	1.581.070
	2.062.980	1.355	1.588.427
ELETRONORTE			
Financiamentos e empréstimos	4.261.075	-	-
AFAC	622.812	-	-
Receitas de participação societária	-	-	220.058
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	219.634
	4.883.887	-	439.692
ELETROSUL			
Financiamentos e empréstimos	1.025.028	-	-
Dividendo a receber	104.480	-	-
AFAC	2.697.598	-	-
Receita de participações societárias	-	-	201.114
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	48.994
	3.827.106	-	250.108
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	1.048.290	-	-
AFAC	74.695	-	-
Dividendo a receber	52.814	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	(213.430)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	32.931
	1.175.799	-	(180.499)
ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	1.133.851	-	-
Outros	-	221.222	-
Resultado de participações societárias	-	-	284.266
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	53.874
	1.133.851	221.222	338.140
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	11.868.464	-	-
Dividendo a receber	19.165	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	300.869
	11.887.629	-	300.869
CEAL			
Financiamento e empréstimos	372.664	-	-

AFAC	164.630	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(93.141)
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	21.008
	537.294	-	(72.133)
CEPISA			
Financiamento e empréstimos	497.817	-	-
AFAC	348.055	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	28.499
	845.872	-	28.499
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	643.682	-	-
AFAC	68.168	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	39.895
	711.850	-	39.895
CERON			
Financiamentos e empréstimos	112.384	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(132.201)
AFAC	95.950	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	9.553
	208.334	-	(122.648)
ELETROPAR			
Resultado de participações societárias	-	-	12.014
	-	-	12.014
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	153.889	-	-
AFAC	208.624	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	9.013
	362.513	-	9.013
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	199.700	-
	-	199.700	-
INAMBARI			
Resultado de participações societárias	-	-	(1.035)
	-	-	(1.035)
NORTE ENERGIA			
Resultado de participações societárias	-	-	(4.090)
	-	-	(4.090)
CHC			
Resultado de participações societárias	-	-	(506)
	-	-	(506)
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	20.622
	-	-	20.622

CONSOLIDADO			
PODER PÚBLICO FEDERAL	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Consumidores e revendedores	2.512	-	-
Contas a receber	11.312	-	-
Outras receitas	-	-	60.304
	13.824	-	60.304
BNDES			
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	10.832.137	-
	-	10.832.137	-
REAL GRANDEZA			
Outros ativos	6.049	-	-
Contribuições previdenciárias	-	1.925	-
Contas a pagar	-	267.995	-
Contratos de dívida atuariais	-	33.052	-
Outros passivos	-	34.844	-
Contribuições normal mantenedor	-	-	(12.565)
Receitas financeiras	-	-	187
Ativo atuarial - baixa e Provisão atuarial	-	-	(23.917)
Outras despesas	-	-	(112.887)
Provisão atuarial	-	-	14.337
Contribuições desp administrativa	-	-	(1.772)
	6.049	337.816	(108.471)
NUCLEOS			
Contribuições previdenciárias	-	2.824	-
Reversão das contribuições	-	-	15.012
Contribuições normal mantenedor	-	-	(15.012)
Outros ativos	-	-	(10.582)
	-	2.824	(10.582)
RS ENERGIA			
Contas a receber	1	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.834	-	-
Participação societária permanente	-	-	-

	220.787		
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.553
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.274
Outras receitas	-	-	10
	<u>225.622</u>	-	<u>8.837</u>
UIRAPURU			
Contas a receber	4.777	-	-
Participação societária permanente	56.491	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.905
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.723
Outras receitas	-	-	12
	<u>61.268</u>	-	<u>7.640</u>
ARTEMIS			
JCP / Dividendos a receber	9.500	-	-
Participação societária permanente	255.498	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	21.636
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.973
	<u>264.998</u>	-	<u>25.609</u>
PORTO VELHO			
Contas a receber	5	-	-
JCP / Dividendos a receber	76	-	-
Participação societária permanente	246.112	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	-	-	2.564
Outras receitas	-	-	44
	<u>296.193</u>	-	<u>2.608</u>
NORTE BRASIL			
Participação societária permanente	193.524	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.614
	<u>193.524</u>	-	<u>2.614</u>
ETAU			
Contas a receber	8	-	-

JCP / Dividendos a receber	66	-	-
Participação societária permanente	25.598	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.760
receita prestação deserviços	-	-	476
Outras receitas	-	-	6
	<u>25.672</u>	-	<u>4.242</u>

ESBR

Participação societária permanente	766.736	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.040)
	<u>766.736</u>	-	<u>(3.040)</u>

CERRO CHATO I

Contas a receber	6	-	-
Participação societária permanente	86.321	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	41
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(439)
Outras receitas	-	-	7
	<u>86.327</u>	-	<u>(391)</u>

CERRO CHATO II

Contas a receber	6	-	-
Participação societária permanente	79.634	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.276)
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	41
Outras receitas	-	-	7
	<u>79.640</u>	-	<u>(1.228)</u>

CERRO CHATO III

Contas a receber	6	-	-
JCP / Dividendos a receber	176	-	-
Participação societária permanente	75.546	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.994)
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	41
Outras receitas	-	-	6
	<u>75.728</u>	-	<u>(1.947)</u>

TELES PIRES

Participação societária permanente	230.666	-	-
Outras contas a receber	196	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.727)
Receita prestação deserviços	-	-	196
	<u>230.862</u>	-	<u>(2.531)</u>

INTEGRAÇÃO

Participação societária permanente	23.666	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	12.708
	<u>23.666</u>	-	<u>12.708</u>

COSTA OESTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	784	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(197)
	<u>784</u>	-	<u>(197)</u>

TSBE

Adiantamento para futuro aumento de capital	7.201	-	-
Investimentos em participação societária	6.560	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	131
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(152)
	<u>13.761</u>	-	<u>(21)</u>

LIVRAMENTO

Contas a receber	13	-	-
Investimentos em participação societária	35.547	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(510)
	<u>35.560</u>	-	<u>(510)</u>

SANTA VITÓRIA

Contas a receber	242	-	-
Investimentos em participação societária	58.204	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(408)
receita prestação deserviços	-	-	242
		-	<u>(166)</u>

	58.446		
MARUMBI			
Adiantamento para futuro aumento de capital	208	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(40)
	208	-	(40)
CHUI			
Investimentos em participação societária	7.462	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(233)
	7.462	-	(233)
AMAPARI ENERGIA			
Participação societária permanente	39.681	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.846
	39.681	-	7.846
ENERGÉTICA ÁGUAS			
Participação societária permanente	85.510	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.654
	85.510	-	8.654
FACHESF			
Fornecedores	-	1.540	-
Contratos de dívida atuariais	-	306.527	-
Contribuição normal	-	5.308	-
Despesas atuariais	-	-	(22.988)
Despesas financeiras	-	-	(26.245)
Despesas operacionais	-	-	(12.851)
	-	313.375	(62.084)
TDG			
Participação societária permanente	33.463	-	-
Contas a receber	88	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	788
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.822)

	33.551	-	(3.034)
MANAUS TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	160.751	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.272)
	160.751	-	(2.272)
IEMADEIRA			
Participação societária permanente	501.261	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	301
Outros Créditos	-	-	245.022
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	18.541
	501.261	-	263.864
MANAUS CONSTRUÇÃO			
Participação societária permanente	19.757	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.933
	19.757	-	4.933
STN			
Contas a receber	177	-	-
Participação societária permanente	204.305	-	-
Fornecedores	-	1.234	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	27.263
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.602
Receitas financeiras	-	-	712
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(8.527)
	204.482	1.234	21.050
INTESA			
Participação societária permanente	35.425	-	-
Fornecedores	-	973	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.124
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(6.600)
	35.425	973	(3.476)
EAPS			
Consumidores e revendedores		-	-

	249		
Participação societária permanente	85.510	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	10.238
	85.759	-	10.238
ESBR Part.			
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.040)
	-	-	(3.040)
SETE GAMELEIRAS			
Contas a receber	19	-	-
Participação societária permanente	11.689	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	19
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(71)
	11.708	-	(52)
S. PEDRO DO LAGO			
Participação societária permanente	11.962	-	-
Contas a receber	19	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	19
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(112)
	11.981	-	(93)
PEDRA BRANCA			
Participação societária permanente	11.866	-	-
Consumidores e revendedores	19	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	19
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(110)
	11.885	-	(91)
BRASVENTO MIASSABA			
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.216	-	-
Participação societária permanente	9.784	-	-
	29.000	-	-

BRASVENTO EOLO

Adiantamento para futuro aumento de capital	15.206	-	-
Participação societária permanente	7.039	-	-
	22.245	-	-
ANDE			
Clientes	53.141	-	-
Outros ativos	22.620	-	-
Obrigações diversas	-	(31.623)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	173.291
Receitas financeiras	-	-	359
Outras despesas	-	-	(31.959)
	75.761	(31.623)	141.691
FIBRA			
Contas a pagar	-	(42.566)	-
Contribuições previdenciárias	-	(2.087)	-
Despesas financeiras	-	-	(4.169)
Contribuições previdenciárias	-	-	(14.152)
	-	(44.654)	(18.321)
CAJUBI			
Contas a pagar	-	(43.083)	-
Contribuições previdenciárias	-	(4.540)	-
Outros passivos	-	(743.132)	-
Despesas financeiras	-	-	(1.080)
Contribuições previdenciárias	-	-	(18.097)
	-	(790.755)	(19.177)
ENERPEIXE			
Contas a receber	566	-	-
Consumidores e revendedores	27	-	-
Participação societária permanente	577.641	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.046
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	3.695
	-	-	6.741

	578.234		
TRANSLESTE			
JCP / Dividendos a receber	(267)	-	-
Participação societária permanente	24.650	-	-
Fornecedores	-	(130)	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(901)
	24.383	(130)	(901)
TRANSUDESTE			
JCP / Dividendos a receber	3.338	-	-
Contas a receber	23	-	-
Participação societária permanente	14.600	-	-
Fornecedores	-	(79)	-
Outras receitas	-	-	104
Receitas de prestação de serviços	-	-	98
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(552)
	17.961	(79)	(350)
TRANSIRAPÉ			
JCP / Dividendos a receber	2.765	-	-
Participação societária permanente	11.484	-	-
Fornecedores	-	56	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(385)
	14.249	56	(385)
CENTROESTE			
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.528	-	-
Contas a receber	51		
Participação societária permanente	19.314	-	-
Dividendos / JCP a receber	886	-	-
Fornecedores	-	(56)	-
Outras receitas	-	-	55
Receitas de prestação de serviços	-	-	405
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(381)

	23.779	(56)	79
BAGUARI			
Clientes	43	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.632	-	-
Participação societária permanente	4.783	-	-
JCP / Dividendos a receber	9.729	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	287
	<u>97.187</u>	-	<u>287</u>
RETIRO BAIXO			
Contas a receber	2.605	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	58	-	-
Participação societária permanente	108.960	-	-
	<u>111.623</u>	-	-
CHAPECOENSE			
Consumidores e revendedores	5.603	-	-
Participação societária permanente	286.732	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	4.580
	<u>292.335</u>	-	<u>4.580</u>
MADEIRA ENERGIA			
Participação societária permanente	1.394.562	-	-
Contas a receber	219	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	16.503
	<u>1.394.781</u>	-	<u>16.503</u>
INAMBARI			
Outros ativos	6.810	-	-
	<u>6.810</u>	-	-
TRANSENERGIA RENOVÁVEL			
Adiantamento para futuro aumento de		-	-



capital	24.556		
Contas a receber	(219)	-	-
Participação societária permanente	76.102	-	-
Fornecedores	-	(9)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	(259)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(84)
	<u>100.439</u>	<u>(9)</u>	<u>(343)</u>

MGE TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	33.860	-	-
JCP / Dividendos a receber	200	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.800	-	-
Outras despesas	-	-	(74)
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.530
	<u>43.860</u>	<u>-</u>	<u>1.456</u>

GOIÁS TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	42.213	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	38.220	-	-
JCP / Dividendos a receber	300	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	755
	<u>80.733</u>	<u>-</u>	<u>755</u>

REI DOS VENTOS

Adiantamento para futuro aumento de capital	12.894	-	-
Participação societária permanente	9.186	-	-
	<u>22.080</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

SEFAC ENERGIA

JCP / Dividendos a receber	1.006	-	-
Participação societária permanente	114.284	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	91
	<u>115.290</u>	<u>-</u>	<u>91</u>

TRANS SÃO PAULO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.987	-	-
Participação societária permanente	18.323	-	-
JCP / Dividendos a receber	566	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	301
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(7)
	<u>26.876</u>	-	<u>294</u>

TRANS GOIÁS			
Participação societária permanente	<u>2.581</u>	-	-
	2.581	-	-

CALDAS NOVAS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.463	-	-
Outras contas a receber	98	-	-
Participação societária permanente	1.221	-	-
Outras receitas	-	-	391
	<u>3.782</u>	-	<u>391</u>

LUZITÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA			
Participação societária permanente	<u>931</u>	-	-
	931	-	-

Remuneração de Pessoal Chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.107	2.317	22.063	12.975
Salários e encargos sociais	292	506	4.350	2.989
Outros	61	252	2.418	1.479
	<u>1.460</u>	<u>3.075</u>	<u>28.830</u>	<u>17.444</u>

NOTA 45 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo definir os critérios para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição energia elétricos vincendas no período de 2015 a 2017. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, possui 41,8 GW de capacidade instalada, 60,6 mil km de linhas de transmissão e seis distribuidoras de energia que atendem cerca de 3,6 milhões de consumidores, sendo 4 (quatro) com atuação em sistemas isolados na região Norte do Brasil.

Nesse contexto, até 15 de outubro passado, as empresas Eletrobras afetadas enviaram correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, manifestando seu interesse na prorrogação de seus contratos.

Dita manifestação tem natureza preliminar, visando resguardar o direito das empresas à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto do Decreto nº 7.805/12. É fato, contudo, que os estudos para a decisão final quanto à pretensão de serem assinadas as prorrogações dependeria de informações que somente vieram a ser publicadas no último dia 01 de novembro de 2012.

A ANEEL divulgou, em 13 de setembro de 2012, os principais marcos para a implementação do disposto na MP nº 579/12, conforme abaixo:

Data	Evento
12/09/2012	Publicação da Medida Provisória 579/2012
17/09/2012	Edição do Decreto de regulamentação - 7.805/2012
15/10/2012	Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas
01/11/2012	Aprovação das minutas dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão
01/11/2012	Publicação das tarifas de geração e das receitas permitidas de transmissão
04/12/2012	Prazo limite para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão
11/12/2012	Aprovação dos valores da Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST
19/12/2012	Resolução homologatória provisória

	das cotas de energia para as distribuidoras
01/01/2013	Início de validade das novas receitas permitidas das transmissoras, TUST e tarifas das geradoras
20/01/2013	Resolução homologatória definitiva das cotas de energia para as distribuidoras
05/02/2013	Revisão tarifária extraordinária das distribuidoras para percepção das tarifas pelos consumidores

Em 31 de outubro de 2012, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou as Portarias que definiram: (i) as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1 da Medida Provisória (Portaria 578) e (ii) as receitas anuais permitidas das instalações integrantes das concessões de transmissão enquadradas no art. 6 da Medida Provisória (Portaria 579). Adicionalmente, o MME e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial 580, que fixa os valores das indenizações, referenciados a preços de junho de 2012, dos ativos afetados pela Medida Provisória.

Nessa mesma data foram disponibilizadas pelo MME as minutas de contratos que deverão ser assinados caso, ao final dos estudos que estão em fase de elaboração, venha a se decidir pela efetiva assinatura dos instrumentos.

De posse das minutas de contrato e das informações publicadas por intermédio das Portarias citadas, estão sendo aprofundados e concluídos os estudos econômico-financeiros e jurídicos necessários à tomada de decisão acerca do tema.

Nossas equipes técnicas estão estudando detalhadamente os dados divulgados, buscando-se identificar investimentos que porventura não tenham sido reconhecidos pela ANEEL e que, por conseguinte, tenham sido desconsiderados na determinação da indenização, como por exemplo, gastos com modernização, não contemplados no projeto básico das usinas.

Concomitantemente, estão sendo elaborados estudos para redimensionamento e adequação da estrutura atual de custos das empresas do Sistema Eletrobras ao novo patamar de receita estabelecido para operação e manutenção dos ativos afetados.

É importante ressaltar, entretanto, que dada à relevância da matéria, a mesma venha a ser deliberada pela Assembleia de Acionistas da Eletrobras. Tendo em vista o curto prazo determinado pelo Regulador para a assinatura do contrato e ao prazo determinado por Lei para a convocação do conclave, este somente deverá ocorrer nos primeiros dias do mês de dezembro, não havendo, ainda, como se antecipar qual será a decisão a ser tomada pelos sócios quanto à matéria em debate.

O simples fato de que a matéria será decidida pelos sócios, e não pelos órgãos de administração da Companhia, já envolve uma incerteza, vez que não há como se antecipar qual será a decisão a ser adotada. Sabe-se, contudo, que há ainda uma série de outras indefinições quanto a matéria em tela.

Destaque-se, primeiramente, o fato de que o Ato Normativo que regulamenta os aditivos cuja análise encontra em andamento é revestido de provisoriedade, como indica seu próprio nome, podendo este ser modificado pela Casa Legislativa. Sobre a possibilidade de modificação, destaca-se expressiva quantidade de Emendas parlamentares apresentadas, no total de 431 Emendas.

Desta sorte, pode-se afirmar que tais valores e condições não são finais e, portanto, ainda não determinantes para estabelecer os reais impactos sobre a Companhia, diante do cenário de incerteza legislativa decorrente do amplo debate sobre as citadas 431 Emendas parlamentares à MP 579/2012.

Nos termos da MP 579/2012, as concessões de geração hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos. A prorrogação dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

I - remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica;

II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela ANEEL, conforme regulamento do poder concedente; e

III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

As concessões de geração de energia termelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos.

As concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos. A prorrogação dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

I - receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; e

II - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

As concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, atendendo a critérios de racionalidade operacional e econômica. A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo.

Para o segmento de distribuição de energia elétrica, está prevista uma revisão tarifária extraordinária, a ocorrer em 05 de fevereiro de 2013, para estabelecimento das tarifas pelos consumidores. Ainda no que diz respeito à distribuição, especificamente das empresas do Sistema Eletrobras, a União não divulgou a regulamentação dos procedimentos e a metodologia para cálculo do valor de reembolso da geração nos

Sistemas Isolados, portanto, quando publicada poderá ter efeito nos valores reconhecidos como obrigações e direitos de ressarcimento.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos MP nº 579/12, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Adicionalmente, a Eletrobras possui investimentos em empresas coligadas relevantes avaliadas pelo método de equivalência patrimonial cujos efeitos da MP nº 579/12, no que diz respeito ao valor de indenização dos ativos afetados e aprovação da prorrogação dos contratos de concessão, estão sendo avaliados e seus eventuais impactos não estão reconhecidos nas suas demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Eletrobras. As empresas coligadas relevantes afetadas pela MP nº 579/12 são as seguintes:

	Investimento	Resultado de Equivalência
CTEEP	731.739	153.088
EMAE	302.692	1.502
CEEE-GT	842.407	84.552
	<u>1.876.838</u>	<u>239.142</u>

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela MP nº 579/12:

Concessões de TRANSMISSÃO

Indenização dos ativos

Contratos Afetados		Valor residual contabil (30.09.2012)	Valor Indenização (proposta)
		Total	Total
Eletrosul	057/2001	1.958.677	1.985.495
Eletronorte	058/2001	4.447.049	1.682.268
Chesf	061/2001	5.205.687	1.587.160
Furnas	062/2001	6.857.996	2.878.028
Total Afetados		18.469.409	8.132.951
Contratos Não Afetados			
Eletrosul		497.694	Não Aplicavel
Eletronorte		254.387	Não Aplicavel
Furnas		794.775	Não Aplicavel
Chesf		1.088.270	Não Aplicavel
Total Não Afetados		2.635.126	
Total Ativos de Transmissão		21.104.535	8.132.951

Receita Anual Permitida - RAP (2013 - Afetados e Não Afetadas)

Contratos	Sem efeitos da MP	Com efeitos da MP
	579/2012 (Não Revisado)	579/2012 (Não Revisado)
Eletrosul	991.874	543.169
Eletronorte	1.291.275	443.064
Chesf	1.532.766	550.034
Furnas	2.549.673	891.826
	6.365.588	2.428.093

 Concessões de GERAÇÃO

Indenização dos ativos

Ativos Afetados	Valor Residual Contabil (30.09.2012)	Valor Indenização (proposta)
<u>CHESF</u>		
UHE Paulo Afonso I	101.073	-
UHE Paulo Afonso II	103.160	-
UHE Paulo Afonso III	72.310	-
UHE Paulo Afonso IV	114.201	360.473
UHE Apolônio Sales (Moxotó)	58.661	84.612
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	4.593.560	1.687.105
UHE Xingó	4.357.626	2.925.318
UHE Piloto	-	-
UHE Araras	623	-
UHE Funil	18.721	-
UHE Pedra	14.525	-
UHE Boa Esperança (Castelo Branco)	136.918	72.783
TOTAL	9.571.378	5.130.291
<u>FURNAS</u>		
UHE Marimbondo	65.196	64.368
UHE Funil	19.676	-
UHE P Colombia	23.543	-
UHE Furnas	557.094	-
UHE Luis C B Carvalho	553.559	-
UHE Corumbá	1.677.924	666.571
UHE Santa Cruz	645.611	não divulgado
TOTAL	3.542.603	730.939
<u>ELETRONORTE</u>		
UHE COARACY NUNES	112.070	35.492
<u>AMAZONAS ENERGIA</u>		
UTE APARECIDA	158.616	não divulgado
UTE MAUÁ	185.966	não divulgado
UTE DE FLORES	3.332	não divulgado
UTE CIDADE NOVA	3.251	não divulgado
UTE SÃO JOSÉ	5.206	não divulgado
Grupos geradores	293.908	não divulgado
TOTAL	650.279	
<u>CGTEE</u>		
UTE SÃO JERONIMO	5.699	não divulgado
UTE NUTEPA	4.340	não divulgado
UTE PRESIDENTE MEDICI	397.365	não divulgado
	407.404	
Total Afetados	14.283.734	5.896.722

Ativos Não Afetados	Valor residual contabil (30.09.2012)	Valor Indenização (proposta)
FURNAS	5.242.579	Não Aplicavel
CGTEE	1.695.645	Não Aplicavel
ELETRONORTE	8.866.926	Não Aplicavel
AMAZONAS ENERGIA	428.659	Não Aplicavel
CHESF	1.029.697	Não Aplicavel
Total Não Afetados	17.263.506	
Total Ativos de Geração	31.547.240	5.896.722

Receita Anual de Geração - RAG (2013 - Afetados e Não Afetados)

Usina	Sem efeitos da MP 579/2012 (Não Revisado)	Com efeitos da MP 579/2012 (Não Revisado)
	CHESF	5.037.364
FURNAS	4.048.723	2.360.509
ELETRONORTE	3.657.080	3.622.391
AMAZONAS ENERGIA	626.950	Não Divulgado
CGTEE	654.360	Não Divulgado
	14.024.477	8.332.284

Concessões de DISTRIBUIÇÃO

Área de concessão	Valor residual contabil (30.09.2012)
Alagoas	801.047
Rondonia	454.714
Piauí	610.971
Acre	255.070
Amazonas	1.609.693
Boavista (Roraima)	110.085
Total	3.841.580

(*) A receita proposta para a atividade de geração, conforme divulgado nas Portarias 578 e 579, estão apresentadas incluindo tributos e encargos setoriais incidentes, e foram apuradas com base em estimativa a partir das tarifas divulgadas e com base na capacidade instalada

(**) A receita de geração e transmissão estão em base junho/2012

b) Protocolo de Intenções - CEA

A Eletrobras assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Este processo prevê que a Eletrobras assumirá o controle da CEA, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Eletrobras e o Governo do Estado do Amapá celebrarão inicialmente um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, prevê uma operação de compra, pela Eletrobras, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Eletrobras assumirá, após a celebração de tais Acordos, a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá receberá financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

A concretização da referida operação depende de diversas autorizações e iniciativas em diferentes esferas, não podendo, portanto, ser detalhada neste momento.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
*Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores*

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2012
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Fomos contratados para conduzirmos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Em função da relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de conclusão" a seguir, não nos foi possível expressar conclusão em relação à nossa revisão.

Base para abstenção de conclusão

Conforme mencionado na nota explicativa 45, nos dias 11 e 14 de setembro de 2012, foram publicados a Medida Provisória nº 579 e o Decreto nº 7.805, respectivamente, que tratam da prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e que impactam os contratos de concessões da Companhia. Nos termos dessa legislação, a Companhia possui a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério da União e uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceite o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012, bem como determinadas outras condições estabelecidas pela Medida Provisória, tais como (i) tarifa inicial para usinas geradoras e receita anual permitida para instalações de transmissão; (ii) atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL; e (iii) valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 15 de outubro de 2012, as empresas do Sistema Eletrobras afetadas enviaram correspondências à ANEEL, manifestando seu interesse na prorrogação de seus contratos. Dita manifestação tem natureza preliminar, visando resguardar o direito das empresas à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto no Decreto nº 7.805. Em 30 de outubro e 1º de novembro de 2012, através das Portarias nº 578 e nº 579 e da Portaria Interministerial nº 580, o Ministério de Minas e Energia, informou os valores da nova Receita Anual Permitida (RAP) para as concessões de transmissão objeto de renovação e os valores das novas tarifas para as concessões de geração, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013, bem como o valor da indenização dos ativos de transmissão e geração no montante de R\$ 14.029.672 mil. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo de ativo a ser indenizado de transmissão e geração referente aos contratos objeto de renovação antecipada, classificado no ativo circulante e não circulante nas rubricas ativo financeiro e no ativo imobilizado de R\$ 32.753.143 mil. Adicionalmente a Companhia possui projeção de receita para o próximo ciclo (2013) no valor de R\$ 20.390.065 mil, nas bases atuais, em comparação a R\$ 10.760.377 mil provenientes das medidas retromencionadas. A administração da Companhia está analisando por meio de estudos e projeções, as condições estabelecidas para

a prorrogação do prazo de concessão e os correspondentes efeitos econômico-financeiros, a fim de concluir sobre a sua ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 4 de dezembro de 2012, quando então deverá reconhecer os respectivos efeitos contábeis aplicáveis em relação aos valores de indenização e outras contas indiretamente impactadas, inclusive quanto às bases de avaliação dos demais contratos que não são objeto de renovação nesse momento, bem como os impactos decorrentes dos investimentos em determinadas coligadas. Em decorrência do estágio desse processo, existe incerteza relevante quanto à realização de determinados ativos e mensuração de determinados passivos, direta e indiretamente vinculados aos contratos de concessão, que dependem da conclusão dos estudos e da definição por parte da administração da Companhia quanto à assinatura do termo aditivo para a prorrogação dos contratos de concessão.

Abstenção de conclusão

Em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível expressarmos uma conclusão sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase - Situação operacional de empresa investida

Conforme descrito na nota explicativa 14, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT apresentou em 30 de junho de 2012 (última informação disponível), excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 379.957 mil, e pertencente ao grupo econômico Rede Energia, está em negociação com seus credores para alongar o perfil de seu endividamento e sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia avaliou os ativos referentes aos empréstimos a receber e investimentos na referida empresa com base nos critérios e premissas descritos nas notas 8 e 14, sendo que quando definidos os novos termos de negociação com os credores pode haver alteração nas bases de avaliação dos montantes registrados pela Companhia.

Nosso relatório de revisão não está ressalvado em função desse assunto.

Ênfase - Empresas controladas do segmento de distribuição

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14 às Informações Trimestrais - ITR, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e as distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista, Ceal e Cepisa apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do trimestre no montante de R\$ 2.032.069 mil e prejuízos acumulados de R\$ 7.176.005 mil. A administração da Companhia está avaliando a continuidade das operações dessas empresas e seu futuro equilíbrio econômico-financeiro em conjunto com as mudanças advindas da Medida Provisória nº 579.

Nosso relatório de revisão não está ressalvado em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados, também, para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Todavia, em decorrência da relevância do assunto descritos no parágrafo da seção "Bases para abstenção de conclusão", também não expressamos conclusão sobre essas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 14 de novembro de 2012

PricewaterhouseCoopers Guilherme Naves Valle
Auditores Independentes Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF